

Ana Rita Figueiredo Mendes

FATORES DE RISCO E FATORES DE PROTEÇÃO NA INFÂNCIA

Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre em Medicina Legal submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.

Orientador: Doutora Lígia Ferros

Categoria: Professora Doutora

Afiliação: Universidade Lusíada do Porto

Co-Orientador: Licenciado Vítor de Sousa

Categoria: Investigador

Afiliação: Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar, com apreço e admiração, à Professora Doutora Lígia Ferros e também ao Dr. Vítor de Sousa, pela partilha de conhecimento, pela orientação sincera e pelo esforço de conduzir a presente dissertação a um bom caminho. Agradeço igualmente todas as horas dispensadas e disponibilidade absoluta para me atender e me orientar nesta difícil jornada. Obrigada por terem feito parte dela.

Em segundo lugar agradecer à minha família, principalmente aos meus pais por viabilizarem os meus sonhos. Agradeço a paciência, o carinho e todo o apoio, dado em todos os momentos.

Agradeço igualmente ao Jaime, meu namorado, pela paciência, pelo apoio e principalmente por crer em mim incondicionalmente. Obrigada pela compreensão e pelo carinho.

Agradeço ao meu avô, que embora já não estando entre nós, ainda assim me continua a dar força e a lembrar o caminho a seguir.

Por último agradeço a todos aqueles que me apoiaram e que estiveram sempre presentes de alguma forma, os meus avós, padrinhos, tios, primos e amigos, que apesar de terem as suas vidas, sempre se interessaram pelo meu trabalho. Obrigada pela preocupação e pelo mimo.

Não poderia deixar também de agradecer ao Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida, seus colaboradores e alunos, por me terem acolhido e permitido realizar este trabalho, facilitando todos os meios necessários.

Resumo

Os estudos pioneiros sobre fatores de risco e de proteção iniciaram-se nos anos 80, tentando-se nessa época perceber de que forma, estes, isoladamente, poderiam influenciar o comportamento de crianças e adolescentes. Ainda nos anos 80 ganham impacto os estudos sobre a resiliência, cuja missão se centrou no desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção envolvendo múltiplas variáveis que se associam entre si, (Haggerty & cols., 2000 citado por Sapienza & Pedromônico, 2005).

O presente trabalho centra-se nos fatores de risco e proteção na infância, sendo o risco definido como a probabilidade de uma situação ocorrer, enquanto os fatores de risco designam um conjunto de variáveis que podem aumentar a probabilidade do risco (Masten, 2001). Estar em risco significa pertencer a um grupo com certas características de vulnerabilidade, onde há maior probabilidade de ocorrer determinada situação (Fraser, Galinsky, & Richmond, 1999 citado por Moore, 2013). A literatura tem associado frequentemente, diversos fatores de risco ao comportamento desviante, a saber: baixos resultados académicos (Farrington, 2006); uso de substâncias (Simões, Matos & Baptista-Foguet, 2008); absentismo escolar, expulsões e suspensões escolares (Ferreira, 1997); insucesso escolar (Carvalho, 2005); relação negativa entre professores e alunos; associação a pares desviantes (Ferreira, 1997), baixo rendimento familiar, famílias numerosas, história criminal familiar, fraca supervisão, conflito parental e separação dos Pais e baixo quociente de inteligência (Farrington, 2006).

Já os Fatores de Proteção são descritos como “recursos pessoais ou sociais que atenuam ou neutralizam o impacto do risco” (Eisenstein & Souza, 1993 citado por Sapienza & Pedromônico, 2005). Estes subdividem-se em três grandes categorias: características individuais (autoestima, autocontrole, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível), características familiares (coesão e estabilidade familiar, respeito mútuo, apoio/suporte) e características inerentes à comunidade/contexto social (bom relacionamento com amigos, professores ou pessoas significativas que assumam um papel de referência segura à criança e a façam sentir amada) (Aisenberg & Herrenkohl, 2008; Masten & Coastworth, 1998; Pesce & cols., 2004).

Sabe-se que os fatores de risco têm sido entendidos como aqueles que aumentam a probabilidade de ocorrência de comportamentos desviantes, antissociais e delinquentes, enquanto os fatores de proteção são lidos como indicadores que inibem a

ocorrência destes mesmos comportamentos (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009)

Os comportamentos desviantes constituem-se assim como um motivo de grande preocupação a nível internacional constatando-se o aumento das taxas de delinquência, agressão e abuso de droga, cada vez mais precocemente (Carvalho, 2005). Tais comportamentos desviantes, num sentido mais estrito, dizem respeito ao cometimento de ações que estão em desacordo com os padrões sociais ditos normativos (aqueles que são aceites e seguidos pela maioria da sociedade), sem que isso implique infrações á legislação (Scaramella, Conger, Spoth & Simons, 2002). Já num conceito mais lato de desvio cabem ainda as situações que transgridem a lei. Assim, globalmente, os comportamentos desviantes dizem respeito a todos os comportamentos que envolvem atos punidos por lei (delinquência) bem como comportamentos que violem normas ou expectativas estabelecidas pela sociedade (Carvalho, 2005).

O presente trabalho tem assim como objetivo efetuar um estudo comparativo entre uma população infante beneficiária de apoio social escolar e uma outra, não beneficiária, no que diz respeito a fatores de risco e de proteção para comportamentos desviantes.

Com este propósito efetuou-se uma investigação junto a alunos do 1º ciclo, do Agrupamento Dr. Manuel Gomes de Almeida em Espinho, de ambas as populações acima referidas, utilizando um questionário exploratório abordando variáveis associadas a: Caracterização Sociodemográfica, Situação Escolar, Situação Familiar, Consumos, Comportamentos Antissociais e Relação com os pares. Em simultâneo realizou-se um estudo exploratório da inteligência utilizando o Teste do Desenho da Figura Humana. Obteve-se a colaboração de uma amostra de 161 crianças na consecução da entrevista relativa ao questionário exploratório elaborado bem como na realização do Desenho da Figura Humana.

A dissertação, numa primeira parte, explora a temática da desviância, anti socialidade e delinquência bem como os fatores de risco e proteção. Numa segunda parte – estudo empírico – apresenta a metodologia privilegiada, os resultados e sua discussão. Finalmente, expõem-se as conclusões e considerações finais.

Palavras-Chave: Comportamento Desviante, Infância, Fatores de Risco, Fatores de Proteção.

Abstract

Pioneering studies on risk factors and protection began in the 1980's, trying then to understand how these, all alone, could influence children and adolescents' behaviour. Still in the 1980's, studies on resilience gained impact. Their mission was focused on the development of prevention and intervention programmes involving multiple variables which were intertwined (Haggerty & cols., 2000 quoted by Sapienza and Pedromônico, 2005).

The present work is focused on risk and protection factors during childhood being risk defined as the probability of a situation occurring, while risk factors are a set of variables that can increase the possibility of risk (Masten, 2001). To be at risk means that an individual belongs to a group with certain vulnerable characteristics, where there is a higher probability of an unfavourable situation occurring (Fraser, Galinsky, Richmond, 1999 quoted by Moore, 2013). Literature frequently associates many risk factors with deviant behaviour such as: low academic results (Farrington, 2006), abuse of substances (Simões, Matos & Baptista-Foguet, 2008), absenteeism, scholar expulsion and suspension (Ferreira, 1997), scholar failure (Carvalho, 2005), bad relationship with teachers and friends, association with deviant peers (Ferreira, 1997), low family income, large families, feeble parental supervision, parental conflict and divorce and low IQ (Farrington, 2006).

Regarding the Protective Factors, they are described as "personal and social resources to mitigate or neutralize the impact of the risk" (Eisenstein & Souza, 1993 quoted by Sapienza & Pedromônico, 2005). These factors are divided into three main categories: individual characteristics (self-esteem, self-control, self-autonomy, caring temperament characteristics), family characteristics (family stability and cohesion, mutual respect, support) and social and community characteristics (good relationships with friends, teachers or significant people who take on a role of a safe reference to the child and make her feel loved) (Aisenberg & Herrenkohl, 2008; Masten & Coastworth, 1998; Pesce & cols., 2004).

Risk factors have been understood as factors which increase the probability of deviant, antisocial and delinquent behaviour occurring, while protection factors are seen as indicators which restrain that same behaviour (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

Deviant behaviour is a cause for great concern in an international level, as can be proved by the increase/rise of delinquency, aggression and drug abuse at an increasingly early stage (Carvalho, 2005). These types of behaviour, in the strict sense, are the ones

committed outside the normal social standards (different from the ones that are mainly followed by society) but they are not illegal. However, in a larger concept, the kinds of behaviour which violate the law must be included. (Scaramella, Conger, Spoth and Simons, 2002). Overall, deviant behaviour concern all acts which involve crimes punished by law and others which are not in line with society's (accepted) standards (Carvalho, 2005).

The present work aims to make a comparison between an infant population receiving social and scholar assistance and another one, which is not beneficiary, in terms of risk and protection factors in deviant behaviour.

With this purpose, a research was made with primary school children, at Dr. Manuel Gomes de Almeida School Group in Espinho. Both populations mentioned above were the target groups, using an exploratory questionnaire which addressed some variables associated with Demographic Characterization, school situation, family situation, consumption, Antisocial Behaviour and Relationship with peers. Simultaneously, we will start an exploratory study on intelligence using the Human Figure Drawing Test. During the interview the exploratory questionnaire was made to a sample of 161 children, as well as the Drawing of the Human Figure.

The dissertation firstly explores the theme of deviance, and anti-socialization and delinquency as well as risk and protection factors. In a second part-empirical study it presents the prime methodology, the results and discussion. Lastly, it displays the conclusions and final thoughts.

Keywords: Deviant Behaviour, Childhood, Risk Factors, Protection Factors.

Índice

Introdução Geral	15
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
1.1 Comportamento Desviante, Comportamento Antissocial e Delinquência	19
1.2 Fatores de Risco	22
1.3 Fatores de Proteção	28
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	33
Enquadramento conceptual e objetivos do estudo.....	35
Método	38
1 Amostra	38
1.1 Seleção da amostra	38
1.2 Composição da amostra	38
1.2.1 Escola e Escalão	39
1.2.2 Sexo, Idade e Escolaridade	39
2 Instrumentos de Avaliação.....	42
2.1 Desenho da Figura Humana	42
2.2 Questionário de Caracterização individual	42
3 Procedimentos.....	43
Apresentação e Discussão dos Resultados do Estudo	44
1 Caracterização sociodemográfica da amostra	44
2 Situação Escolar.....	45
2.1 Retenção Escolar	45
2.2 Expectativas Futuras	45
2.3 Categorização da Profissão Pretendida.....	46
3 Situação Familiar.....	49
3.1 Idade do Pai e Idade da Mãe	49

3.2 Estado Civil dos Pais	50
3.3 Agregado Familiar	51
3.4 Reclusão Familiar	52
3.5 Empregabilidade do Pai e da Mãe	52
3.6 Profissão do Pai.....	53
3.7 Profissão da Mãe.....	54
3.8 Escolaridade do Pai.....	55
3.9 Escolaridade da Mãe	56
4 Escola e Tempos Livres	57
5 Consumos	59
6 Comportamentos Desviantes.....	60
7. Amigos e Comportamentos Antissociais.....	62
7.1 Melhor Amigo	62
7.2 Insultos na Escola.....	63
7.3 Bater em Grupo	63
8 Avaliação da Inteligência através do Desenho da Figura Humana	64
8.1 Média de QI	64
8.2 Nível de Inteligência	64
<i>Discussão dos resultados</i>	65
1 Enquadramento sociodemográfico da amostra.....	66
2 Situação Escolar.....	67
2.1 Reprovação e Rendimento Escolar	67
2.2 Expectativas e Categorização da Profissão Pretendida.....	67
3 Situação Familiar	68
3.1 Idade do Pai e da Mãe.....	68
3.2 Estado Civil dos Pais	68

3.3 Agregado Familiar	69
3.4 Reclusão Familiar	69
3.5 Empregabilidade dos Pais	70
3.6 Profissão do Pai e da Mãe	70
3.7 Escolaridade do Pai e da Mãe	71
4 Escola e Tempos Livres	71
4.1 Gosto pela Escola.....	71
4.2 Rendimento Escolar	71
4.3 Prática de Desporto	72
5 Consumos	72
6 Comportamentos Antissociais e Amigos.....	72
7 Inteligência	73
Conclusão	75
Bibliografia.....	79

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos Alunos por Escola e Escalão	39
Tabela 2- Distribuição dos Alunos por Sexo e Escalão	40
Tabela 3- Distribuição dos Alunos por Idade e Escalão	40
Tabela 4- Distribuição dos Alunos por Escolaridade e Escalão.....	41
Tabela 5-Distribuição dos Alunos por Retenção Escolar.....	45
Tabela 6- Distribuição dos Alunos por Habilitações Exigidas	46
Tabela 7- Distribuição dos Alunos por Categorização da Profissão Pretendida	49
Tabela 8- Distribuição da Média das Idades dos Pais.....	50
Tabela 9- Distribuição dos Alunos por Estado Civil dos Pais	50
Tabela 10- Distribuição dos Alunos por Agregado Familiar.....	51
Tabela 11- Distribuição dos Alunos por Reclusão Familiar	52
Tabela 12- Distribuição dos Alunos por Empregabilidade do Pai	52
Tabela 13- Distribuição dos Alunos por Empregabilidade da Mãe	53
Tabela 14- Distribuição dos Alunos e Categorização da Profissão do Pai	54
Tabela 15- Distribuição dos Alunos por Categorização da Profissão da Mãe	55
Tabela 16- Distribuição dos Alunos por Escolaridade do Pai	56
Tabela 17- Distribuição dos Alunos por Escolaridade da Mãe	57
Tabela 18- Distribuição dos Alunos e Gosto pela escola	58
Tabela 19- Distribuição de Alunos e Rendimento Escolar.....	58
Tabela 20- Distribuição dos Alunos por Prática Desportiva.....	59
Tabela 21- Distribuição dos Alunos e Consumo de Tabaco.....	59
Tabela 22- Distribuição dos Alunos e Consumo de Álcool	60
Tabela 23- Distribuição dos Alunos e Consumo de outras Drogas.....	60
Tabela 24- Distribuição dos Alunos e Lutas	61
Tabela 25- Distribuição dos Alunos e Castigo na Escola	61

Tabela 26 - Distribuição dos Alunos e Roubos.....	62
Tabela 27 - Distribuição dos Alunos e Melhor Amigo.....	62
Tabela 28 - Distribuição dos Alunos e Uso de Insultos na Escola.....	63
Tabela 29 - Distribuição dos Alunos e Lutas com outros.....	63
Tabela 30 - Distribuição dos Alunos e Média de Qi.....	64
Tabela 31 - Distribuição dos Alunos por Nível de Inteligência.....	65

Introdução Geral

Devido às transformações a que a história foi assistindo, as crianças do século XXI diferem das crianças de um tempo já ido no que toca a expectativas, recursos disponíveis e contextos. Se outrora, a criança era vista como um ser imaturo e inacabado, não revelando grande interesse a vários níveis, sem autonomia nem estatuto social, atualmente ela está em contato com realidades múltiplas, onde adquire valores e estratégias relevantes para a sua formação, não apenas ao nível da identidade individual mas também ao nível social (Sarmiento, 2003; Sirota, 2001). A família, a escola, a relação com o grupo de pares e restante comunidade, a participação em atividades sociais entre outros, são exemplos de áreas que contribuem para estas aprendizagens. Consideramos agora que a criança precisa de experimentar, vivenciar emoções e agir para compreender o que a rodeia, potenciando assim o seu próprio processo de crescimento e desenvolvimento (Sarmiento, 2003).

A aquisição de muitos dos comportamentos e hábitos que contribuem para saúde e integração na idade adulta ocorrem então durante a infância e a adolescência. Esta fase é tida agora como crucial em termos de socialização e maturação do indivíduo e, sabemos, fortemente influenciada pelos contextos em que é vivida.

Atualmente, e apesar do salto qualitativo histórico em termos de condições de vida e reconhecimento dos direitos da infância e juventude, observa-se um crescendo de comportamentos desviantes dos jovens, manifestando-se de formas múltiplas. Assim, não assistimos apenas a desconformidades com os padrões sociais vigentes, mas também ao cometimento de crimes, registando-se um aumento drástico das taxas de violência e delinquência na faixa etária dos 5 aos 13 anos (Benavente, 2002).

Essencialmente dos anos 90 em diante, assistimos a tentativas de explicação associadas a presença ou ausência destes comportamentos, tendo por base fatores ou eventos presentes nos contextos infantis, sendo referidas variáveis biológicas, genéticas, psicológicas, contextuais, socioeconómicas e socioculturais, que tanto funcionam como fatores de risco - aumentando a probabilidade de determinado comportamento desviante - ou fatores de proteção, atuando como um escudo que atenua ou neutraliza a ocorrência de determinado comportamento desviante (Santos & Pacheco, 2012).

O presente trabalho tem assim como objetivo efetuar um estudo comparativo entre uma população infante beneficiária de apoio social escolar e uma outra, não beneficiária, no que diz respeito a fatores de risco e de proteção para comportamentos desviantes e está organizado em três capítulos essenciais que se distribuem da seguinte

forma: no primeiro capítulo será levado a cabo a revisão de literatura relativa a comportamentos desviantes, fatores de risco e fatores de proteção.

O segundo capítulo está reservado ao relato da investigação efetuada junto de crianças do primeiro ciclo. Inicialmente é apresentado o enquadramento conceptual, os objetivos da investigação e o método, detalhando-se os instrumentos de avaliação e os procedimentos utilizados. De seguida revelam-se os resultados do estudo relativo às variáveis.

O terceiro capítulo apresentará a discussão relativa aos resultados obtidos enunciando as principais conclusões e salientando os principais contributos e limitações deste trabalho.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Comportamento Desviante, Comportamento Antissocial e Delinquência

Delinquência, comportamentos antissociais e comportamento desviante são constructos reiteradamente utilizados pelos investigadores, tornando-se necessário estabelecer uma diferenciação entre estes.

Importa referir que na literatura os termos delinquência e comportamento antissocial são frequentemente utilizados como sinónimos. O termo delinquência é uma designação jurídica, que se refere às transgressões das leis, enquanto o termo comportamento antissocial é mais abrangente, referindo-se a atos transgressivos ou a violações de normas ou de expectativas sociais que são considerados inapropriados (Matos, 2002 citado por Lemos, 2010; Rutter, Giller, & Hagell, 1998 citado por Lemos, 2010; Vermeiren, 2003 citado por Lemos, 2010).

Rutter e cols., (1998 citado por Lemos, 2010) definem o comportamento antissocial como uma característica dimensional manifestando-se em maior ou menor grau e diz respeito a um conjunto de comportamentos que violam as normas sociais e/ou as leis.

Nesta ordem de ideias, utilizamos o termo delinquência especificamente para melhor definirmos comportamentos antissociais cometidos pelos indivíduos que impliquem a infração da Lei em vigor, podendo resultar em acusação e/ou condenação pelo Sistema de Justiça.

Já os comportamentos desviantes, num sentido mais estrito, traduzem-se pelo cometimento de ações que estão em desacordo com os padrões sociais ditos normativos (aqueles que são aceites e seguidos pela maioria da sociedade), sem que isso implique infrações à legislação (Scaramella, Conger, Spoth & Simons, 2002). Já num conceito mais lato de desvio cabem ainda as situações que transgridem a lei. Assim, globalmente, os comportamentos desviantes dizem respeito a todos os comportamentos que envolvem atos punidos por lei bem como comportamentos que violem normas ou expectativas estabelecidas pela sociedade (Carvalho, 2005).

Os comportamentos desviantes constituem então um motivo de grande preocupação a nível internacional, categorizando-se como um problema social grave, pois verifica-se não só o crescendo das taxas de delinquência, agressão e abuso de droga cada vez mais precocemente, como também se verifica uma tendência para o aumento destes comportamentos não só apenas ao nível de frequência mas também de intensidade (Benavente, 2002).

Em países como os Estados Unidos onde delinquência e delinquentes são estudados exaustivamente, a estatística demonstra que 2/3 a 3/4 destes últimos, manifestaram comportamentos antissociais já na infância, iniciando as suas transgressões antes dos 10 anos (Adrados, 1967). Este início precoce na desviância, aumenta o risco destes comportamentos se tornarem persistentes, mais graves e violentos (Wasserman & cols., 2003).

Os problemas que dizem respeito ao comportamento antissocial são os que apresentam maior prevalência na infância (Bordin & Offord, 2000), maior estabilidade ao longo do tempo (Pettit, Bates, Dodge & Meece, 1999 citado por Pacheco, 2004), e maior probabilidade de evoluírem para quadros clínicos mais graves na adolescência e na vida adulta (Wangby & cols., 1999 citado por Pacheco, 2004). Muitos destes estudos mostram que o padrão antissocial é mais frequente no sexo masculino (Storvoll & Wichstrom, 2002 citado por Pacheco, 2004; Tremblay, 2000 citado por Pacheco, 2004), no entanto, Wangby e colaboradores (1999 citado por Pacheco, 2004) numa amostra com 500 crianças do sexo feminino acompanhadas desde a infância à idade adulta tenham constatado que o comportamento antissocial verificado na infância persistiu ao longo dos tempos, observando-se externalização de comportamentos como criminalidade, abuso de substâncias e problemas de saúde mental, à posteriori, na adolescência.

Também Farrington (1995 citado por Pacheco, 2004), avaliou jovens de 18 anos com padrão antissocial, registando comportamentos, tais como beber, fumar, utilizar drogas e ter atividade sexual promíscua. O autor relata ainda que estes adolescentes anteriormente já apresentavam problemas de comportamento, tais como mentir durante a escola primária, comportamentos agressivos entre os 12 e os 14 anos e envolvimento em roubos. A persistência do comportamento antissocial foi também avaliada por Vuchinich e colaboradores (1992 citado por Pacheco, 2004) numa amostra de 206 pré-adolescentes, através de dados recolhidos quando estes tinham 10 anos e 12 anos. Os resultados indicam que o comportamento antissocial permanecia estável.

Brook, Whiteman e Finch (1992 citado por Pacheco, 2004) acompanharam 412 famílias, permitindo-lhes concluir que o comportamento agressivo na infância era um preditor para o uso de drogas e delinquência na adolescência. Além disso, os jovens que apresentavam estes comportamentos mantinham esse padrão até uma idade mais tardia. Estes estudos sustentam a ideia de que o comportamento antissocial tende a manter-se estável entre a infância e a adolescência. Também concluem que para além da manutenção destes comportamentos é expectável afirmar a existência do seu

agravamento (comportamentos antissociais) na transição da infância para a adolescência.

A investigação na área da desviância juvenil tem vindo a permitir um maior conhecimento das variáveis que tornam os indivíduos mais vulneráveis, assim torna-se imprescindível conhecer os diversos fatores de risco e proteção, a que desde a infância estão expostos, e que podem potenciar ou proteger do comportamento desviante.

1.2 Fatores de Risco

Inicialmente o termo Risco aparece ligado às circunstâncias biomédicas sendo quase sempre associado à mortalidade. Ou seja, existia uma ligação causa efeito entre os fatores de risco considerados na época e consequências médicas inerentes (Haggerty e cols., 2000 citado por Sapienza e Pedromonico, 2005 e citado por Silva e colaboradores, 2012).

É a partir de 1980 que o termo Risco começa a estar ligado ao enquadramento do comportamento humano, o que levou ao início da enumeração de fatores que pudessem atuar de forma a alterar este comportamento em qualquer etapa da vida. Estes fatores começaram a ser identificados, e a sua compreensão foi usada a fim de perceber-se a influência no desenvolvimento e comportamento das crianças, potenciando também a definição de uma estratégia de atuação com vista a diminuir a probabilidade de ocorrência de comportamentos desviantes nesta população (Horowitz, 1992 citado por Sapienza e Pedromonico, 2005 e citado por Silva & cols., 2012).

As pesquisas na área do risco elaboradas por Garnezy e Rutter em 1983 (citado por Santos & Pacheco, 2012) definiram as situações que poderiam colocar em risco os infantes classificando-os em: fatores de risco de natureza biológica (a prematuridade, a desnutrição, o baixo peso, lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento), fatores de natureza psicossocial (família destruída, o desemprego, a pobreza, a dificuldade de acesso à saúde e educação) e fatores de risco de natureza genética (pais com perturbações afetivas, esquizofrenia, perturbação antissocial, hiperatividade, défice de atenção e isolamento).

Garnezy (1988,1991,1993 e 1996 citado por Pesce e colaboradores, 2004) afirma que as situações agudas produzem efeitos mais graves que condições crónicas, pois nestas o sujeito já as conhece e de alguma forma “sabe” lidar com elas. Mais tarde este autor deu importância às investigações onde aborda o acumular de eventos stressantes, declinando a importância antes dada aos eventos específicos que antecederiam as perturbações de comportamento. Exemplifica com as situações de pobreza pois nessa condição é mais provável o surgimento de rompimentos e discórdias na família, cuidados de saúde inadequados, desemprego, habitação inadequada, entre outros.

Em 1990, Sameroff (citado por Sameroff, 2000) estudou o impacto do meio ambiente na determinação da saúde mental da criança (Rochester Longitudinal Study).

Para a realização deste estudo foi selecionada uma amostra de crianças com idades até aos 4 anos, novamente observadas aos 13 anos, segundo os mesmos critérios.

Concluíram que as variáveis de risco mais importantes a estudar seriam: história de doença mental materna, níveis elevados de ansiedade materna, perspetivas laborais parentais, interação limitada entre a criança e a mãe, chefe de família sem ocupação qualificada, baixa escolaridade materna, família de grupos étnicos minoritários, famílias monoparentais, presença de eventos stressantes, famílias com quatro ou mais filhos. Este estudo mostrou que crianças que acumulavam fatores de risco tais como problemas de saúde mental na família, baixas expectativas dos pais, interação mãe/bebê pobre, baixa educação materna e falta de suporte familiar tinham uma possibilidade acrescida em 24% de apresentar um comportamento desviante, quando comparadas com crianças de menor risco. Estes achados revelam-se importantes para a identificação do grupo de crianças com alto risco a fim de prevenir problemas emocionais e comportamentais.

Baldwin e colaboradores (1990, citado por Andrade, 1999 e citado por Antunes, 2011) numa definição mais ampla, definem as variáveis de risco de acordo com o grau de proximidade com que estas atingem a criança: variáveis proximais (atingem diretamente o individuo) e variáveis distais (não atingem diretamente mas têm uma certa proximidade ao sujeito). O baixo estatuto socioeconómico é por estes considerado uma variável distal que vai atingindo a criança conforme a presença de outros fatores cada vez mais proximais: dificuldades económicas, ansiedade materna, irritabilidade, entre outros.

Em 1992, Jessor (citado por Ferreira, 2014) propõe um modelo interacionista onde incorpora aspetos ligados ao individuo e ao contexto social onde este se insere, para explicar o que são fatores de risco e proteção. Para este autor o Risco surge como um resultado do balanço entre os fatores de risco e os de proteção; chama ainda a atenção para a diferença conceptual entre “Risco” e “Estar em Risco”. Isto significa que adolescentes por norma mais velhos, “estão em risco” quando já demonstram comportamentos de risco tais como: gravidez precoce, relações sexuais sem proteção, insucesso escolar, abandono escolar, abuso de álcool e abuso de drogas, estar envolvido em roubos, vandalismo, ofensas corporais, enfrentando por isso um aumento do comprometimento do seu desenvolvimento futuro.

Em adolescentes mais jovens e que ainda não demonstram este tipo de comportamentos, “estar em risco” significa geralmente que se deve avaliar os antecedentes psicossociais que poderão aumentar a probabilidade do adolescente poder, no futuro, vir a desenvolver os comportamentos de risco acima referidos. Jessor (1992 citado por Ferreira, 2014) define estes antecedentes em cinco domínios: domínio

biológico e genético (histórico de álcool e toxicodependência da parte dos pais); domínio do ambiente social geral (pobreza, desigualdade de oportunidades); domínio do ambiente percebido (modelos para o comportamento desviante aprendidos com os pais ou amigos, conflitos entre pais e filhos); domínio da personalidade (fracas oportunidades de vida, baixa autoestima); por último o domínio do comportamento (consumo de álcool, fraco desempenho escolar).

De modo semelhante, Eisenstein & Sousa, 1993 (citado por Sapienza & Pedromonico, 2005) definem os fatores de risco como variáveis ambientais ou contextuais que aumentam a probabilidade da ocorrência de algum efeito indesejado no desenvolvimento mental.

Conger & cols., (1992) fundamentaram os seus estudos relativos ao risco em duas condições que denominaram de “aversivas”, a pobreza e família com estilo parental autoritário e punitivo, verificando que estas atuavam como fatores de risco para o desenvolvimento de problemas de comportamento em adolescentes, afetavam a qualidade das relações familiares e ainda fomentavam a criação de condições inadequadas para o desenvolvimento.

Os fatores de risco são então considerados obstáculos individuais ou ambientais que aumentariam a vulnerabilidade da criança para resultados negativos ao longo do seu desenvolvimento.

Por outro lado deixa-se de parte a ideia de que estes fatores seriam estáticos e começa a defender-se que, o risco resultaria de um somatório, sendo também importante apurar o período de tempo da exposição, o momento da exposição e o contexto onde estes ocorreram (Engle, Castle & Menon, 1996).

Para Guralrich (1998) pobreza, prematuridade, baixo peso ao nascer, dificuldades económicas, abuso e negligência, exposição contínua em fase pré-natal a drogas ilícitas ou álcool, exposição na infância a substâncias e ambientes familiares hostis constituem-se como fatores de risco que podem comprometer significativamente a saúde e o desenvolvimento infantil.

Bronfenbrenner e Morris (1998 citado por Poletto e Koller, 2008 e citado por Martins & Szymanski, 2004) enaltecem a importância dos avanços científicos no estudo dos comportamentos das crianças e adultos, levando a cabo a reformulação da abordagem ecológica do desenvolvimento apresentada apenas por Bronfenbrenner, denominando o novo modelo de, Bioecológico. Este defende que as crianças influenciam os ambientes onde se inserem quando iniciam uma atividade nova ou quando começam

a estabelecer algum tipo de vínculo com outras pessoas sendo simultaneamente influenciadas pelos contextos que as envolvem.

Independentemente do contexto, um desenvolvimento saudável depende da existência de interações positivas e equilibradas. Por isso qualquer contexto (família, escola, pares, comunidade) pode configurar-se em fator de risco ou proteção e a sua manifestação irá depender das conexões existentes que permitirão ou não a qualidade de vida, de saúde e a adaptação de cada um.

Hawkins & cols., (1992 citado por Sardica, 2014), Petterson & cols., (1992 citado por Sardica, 2014) e Moncada (1997 citado por Sardica, 2014) definem como importantes fatores de risco familiares, o uso de álcool e drogas por parte dos pais, atitudes positivas face ao uso de drogas, histórias de alcoolismo na família ou conflitos familiares (divórcios ou separação dos pais).

Desta forma, até ao final do Século XX, os fatores de risco eram categorizados da seguinte maneira: Pessoais (prematividade, desnutrição, baixo peso, lesões cerebrais, atraso cerebral, gestação precoce, vítima de violência, perturbação antissocial, hiperatividade, problemas de aprendizagem, défice de atenção, falta de responsabilidade, isolamento, dificuldade de acesso à saúde e educação, evasão escolar, uso de substâncias ilícitas, depressão, ansiedade); Familiares (família destruída e desorganizada, negligência, desemprego, pertença a minoria social, perturbação afetiva e ausência parental, violência doméstica) e Ambientais (violência na comunidade onde se inserem e ausência de uma rede de apoio) (Antonni & Koller, 2000; Haggerty e cols., 2000 citado por Santos & Pacheco, 2012).

Mais tarde, Haggerty e colaboradores (2000 citado por Sapienza & Pedromônico, 2005 e citado por Santos & Pacheco, 2012) afirmam que a presença destes fatores aumenta a predisposição para a vulnerabilidade comportamental. Defendem também que o risco e o seu acumular ocorre em todas as famílias, embora em famílias mais pobres, que estejam separadas ou em discórdia contínua, onde existam cuidados de saúde desapropriados e desemprego, o efeito produzido se manifeste em maior escala. Ainda na visão deste autor, os fatores de risco podem potencializar as seguintes situações: riscos psicossociais (desvantagens socioeconómicas, famílias desorganizadas) e riscos genéticos (esquizofrenia, hiperatividade, défice de atenção, desordem afetiva).

Nesta altura surgem correntes que afirmam que os fatores de risco poderiam ser classificados em agudos ou crónicos e afetavam a capacidade de resiliência (processo dinâmico de desenvolvimento de reação positiva, que utiliza os recursos pessoais, familiares e comunitários, para enfrentar uma ameaça ou o risco (Glennie, 2010 citado por Moore, 2013; Condly, 2006 citado por Moore, 2013).

Como todas as pessoas estão sujeitas a experiências de vida negativas ou stressantes, em cada situação, deverá avaliar-se o próprio, quanto à percepção, interpretação e sentido que atribuiu ao evento negativo, pois só assim poderá ser classificado como uma condição, ou não, de stress. É sabido que se para uns, estas situações são vividas como risco, para outros representarão a possibilidade de ultrapassar um desafio (Yunes & Szymanski, 2001 citado por Pesce e colaboradores 2004).

Estar em risco para uma determinada situação significa então que um indivíduo pertence a um grupo com certas características de vulnerabilidade onde há maior probabilidade de ocorrer determinada situação (Fraser, Galinsky, & Richmond, 1999 citado por Moore, 2013). Por exemplo, crianças que vivem em condições de pobreza são consideradas de risco relativamente a resultados académicos. A pobreza por si só não explica os maus resultados académicos mas serve como um “marcador” para um conjunto de condições que acompanham a pobreza, como por exemplo escolas de qualidade inferior, menores recursos financeiros, bairros mais perigosos e menor suporte social (Brooks-Gunn, Duncan, & Aber, 1997 citado por Duncan, 2000). A importância de um fator de risco é mais clara quando combinada com as características do indivíduo, a experiência de vida e o contexto.

Para Yunes & Szymanski (2001 citado por Pesce e colaboradores 2004) a exposição das crianças a eventos adversos de forma contínua pode perturbar a trajetória do desenvolvimento da mesma.

Hurtz em 2007 (citado por Santos & Pacheco, 2012) designa os fatores de risco como eventos negativos de vida que, quando presentes, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos e emocionais que leva a respostas ineficazes.

Segundo Walker e colaboradores (2007) uma criança quando exposta a riscos biológicos e psicossociais tais como exposição à violência, depressão materna, pobreza, negligência, deficiência entre outros pode afirmar-se como estando em risco.

A fim de sintetizar, podemos atualmente classificar os fatores de risco em individuais, familiares, escolares e comunitários (Agaibi, 2005; Ribeiro & Sani, 2009).

Relativamente aos fatores de risco individuais referem-se características como a prematuridade (Garmezy, 1991 citado por Agaibi, 2005), o género (Compas & Pares, 1991 citado por Agaibi, 2005), o temperamento (Maia & Williams, 2005; Coleman & Hagell, 2007), a hiperatividade/impulsividade (Farrington, Loeber, Ttofi, 2011 citado por Farrington & Welsh, 2012), o défice cognitivo e baixo nível intelectual (Paludo & Koller,

2005; Coleman & Hagell, 2007; Ribeiro & Sani, 2009; Farrington, Loeber & Ttofi, 2011 citado por Farrington & Welsh, 2012), a baixa competência social (Maia & Williams, 2005; Coleman & Hagell, 2007), história de vitimização ou envolvimento em violência (Ribeiro & Sani, 2009), doença (Maia & Williams, 2005; Pesce e colaboradores, 2004; Coleman & Hagell, 2007), práticas sexuais e consumo de substâncias (Farrington, Loeber & Ttofi, 2011 citado por Farrington & Welsh, 2012), entre outros.

Quanto aos fatores de risco familiares encontramos os seguintes: o conflito parental (Maia & Williams, 2005; Haskett, Nears, Ward & McPherson, 2006; Coleman & Hagell, 2007), divórcio (Farrington, 2006; Coleman & Hagell, 2007), a gravidez na adolescência (Farrington, 2006; Farrington, Loeber & Ttofi, 2011 citado por Farrington & Welsh, 2012), a monoparentalidade (Farrington, 2006; Yunes & cols., 2007) práticas educativas rígidas ou inconsistentes (Maia & Williams, 2005; Farrington, 2006; Coleman & Hagell, 2007; Ribeiro & Sani, 2009), vinculação e supervisão pobre (Ribeiro & Sani, 2009), psicopatologia parental (Farrington, 2006; Coleman & Hagell, 2007), o abuso e o mau trato (Maia & Williams, 2005; Coleman & Hagell, 2007, Farrington, Loeber & Ttofi, 2011 citado por Farrington & Welsh, 2012), a doença ou perdas familiares (Pesce & cols., 2004; Coleman & Hagell, 2007), o baixo estatuto socioeconómico, famílias numerosas (Farrington, 2006), criminalidade e/ou abuso de substâncias (Ribeiro & Sani, 2009), entre outros.

Nos fatores de risco escolares distinguem-se as seguintes variáveis: o absentismo, o abandono, o insucesso escolar, as dificuldades de aprendizagem, a rejeição pelos pares, o isolamento social, o ambiente escolar desorganizado e a falta de recursos escolares (Lipsey & Derzon, 1998 citado por Lemos, 2010; Maia & Williams, 2005; Farrington, 2006; Coleman & Hagell, 2007).

Por fim, nos fatores de risco comunitários foram, entre outras, encontradas as seguintes variáveis: a pobreza (Sameroff, 2000; Pesce & cols., 2004; Maia & Williams, 2005; Yunes & cols., 2007), pertença a grupos minoritários, estar envolvido em violência e/ou crimes (Lipsey & Derzon, 1998 citado por Lemos, 2010; Coleman & Hagell, 2007), ligação a pares desviantes (Lipsey & Derzon, 1998 cit. in Lemos, 2010) e vizinhança desorganizada e pobre (Ribeiro & Sani, 2009).

Os autores são uníssonos na afirmação que quando a criança está em risco, não está geralmente apenas exposta a um mas sim a múltiplos fatores que podem atuar de forma conjunta ou cumulativa.

1.3 Fatores de Proteção

Os fatores de proteção assumem diferentes níveis e auxiliam na gestão dos riscos diários contribuindo para diminuir as probabilidades de ocorrência de comportamento desviante. Estes fatores não foram, até hoje, tão exaustivamente estudados como os fatores de risco, embora a sua identificação seja igualmente importante (Ribeiro & Sani, 2009).

Masten e Garmezy (1985, 1994 citado por Hutz, Koller & Bandeira, 1996, citado por Ceconello & Koller, 2000 e citado por Maia & Williams, 2005) classificam os fatores de proteção em três categorias, que se presentes, auxiliam as crianças e jovens a desenvolver respostas adaptativas. Em primeiro lugar consideram importantes os atributos individuais da criança, como por exemplo, a autonomia, a orientação social positiva e uma boa autoestima. Em segundo lugar consideram essenciais as características familiares tais como coesão, afetividade e ausência de discussões ou negligência. Por último, mas igualmente importante, atendem às fontes de apoio individual disponíveis, como por exemplo o relacionamento da criança com pares e pessoas fora da família, suporte cultural, pertença a determinada religião e apoios institucionais.

Mais tarde Garmezy (1993, citado por Chitas, 2010 e citado por Coleman & Hagell, 2007) volta a enumerar os fatores de proteção categorizando-os em individuais, familiares e suporte social. São exemplos de fatores protetores individuais, o temperamento do indivíduo, personalidade, a capacidade de reflexão no confronto com novas situações, as competências cognitivas e respostas positivas às necessidades dos outros. Quanto aos fatores de proteção familiares, refere a coesão familiar, a afetividade e presença de uma figura adulta que preste cuidados, quer sejam os avós, tios, ou outros familiares, que assumam um papel importante na ausência dos pais ou até em situações de conflito conjugal ou separação. Por fim, os fatores de proteção relacionados com o suporte social, podem dizer respeito ao suporte fornecido por uma cuidadora formal, uma instituição ou um professor.

Rutter (1985 citado por Hutz, Koller & Bandeira, 1996) e Aisenberg & Herrenkohl, (2008) definem os fatores de proteção como aqueles que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa, na presença de um risco ambiental que per si predispõe a resultados inadequados. Rutter mais tarde, (1987 citado por Silva & cols., 2012) afirma ainda que estes fatores permitem uma resposta mais adaptada, defendendo que, estes podem não ter um efeito tão claro se não existir uma situação stressante.

Ainda o mesmo autor, explica a existência de quatro funções principais inerentes aos fatores de proteção: reduzir o impacto dos riscos, reduzir as reações negativas que se seguem à exposição do indivíduo à situação de risco, estabelecer e manter a autoestima e autoeficácia através de relações afetivas e criar oportunidades para reverter os efeitos do risco (Rutter, 1987 citado por Pesce & cols., 2004).

Do mesmo modo, Rae-Grant, Thomas, Offord e Boyle (1989 citado por Maia & Williams, 2005) após investigações várias, identificaram os seguintes fatores de proteção: o temperamento positivo, a inteligência acima da média, a competência social, a realização académica, a capacidade de se relacionar facilmente, alta autoestima, o suporte familiar, a proximidade da família, um ambiente de regras adequado e a boa relação com os pares e com instituições.

Hawkin e cols., (1992, citado por Arthur e cols.,2002) defendem que os fatores de proteção podem ajudar a diminuir a predisposição para a delinquência e para o comportamento antissocial nas crianças e adolescentes. São exemplos desses fatores a orientação social positiva, o quociente intelectual elevado, o temperamento positivo, relações calorosas e afetivas e crenças adequadas (Lee e cols., 2012 citado por Romão, 2013).

Masten & Coastworth (1995, citado por Ribeiro & Sani, 2009) e Cecconello (1999, citado por Cecconello & Koller, 2000) chamam a atenção para o facto de alguns indivíduos, mesmo quando expostos à adversidade, desenvolverem-se adequadamente, devido à ação de fatores protetores individuais ou ambientais. Mais tarde (1998) os mesmos autores definem determinadas características (individuais, familiares e extrafamiliares) que potenciam respostas positivas e adaptadas por parte destes jovens e crianças. Relativamente a fatores individuais, referem características tais como boas funções intelectuais, sociabilidade, eficácia, auto confiança, alta autoestima, fé, talentos variados e versatilidade. Quanto a fatores familiares enumeram a capacidade económica, boas conexões e suporte familiar, altas expectativas, relação carinhosa com os pais e estrutura familiar coesa. Por último referem fatores extrafamiliares como as relações positivas com os pares, boas ligações com organizações sociais e ligação efetiva à escola.

Jessor, Bos, Costa e Turbin (1995) não categorizam os fatores de proteção, mas identificam um conjunto destes, que se relacionam com a menor prevalência de comportamento desviante na adolescência e com o consumo de drogas. Exemplos

destes fatores são: a orientação escolar positiva, bons resultados escolares, atitudes positivas relativas à saúde, intolerância ao desvio, relações afetivas com os pares e outros adultos que mantêm igualmente uma atitude social positiva e existência de regulação dos comportamentos por parte dos pais.

Já Phyllis Moen & Mary Erickson (1995 citado por Andrade 1999) distinguem os fatores de proteção em dois grupos: recursos sociais (por exemplo o envolvimento em atividades de grupo) e recursos pessoais (por exemplo a autoestima, competência). Estes recursos são importantes na medida em que auxiliam respostas adaptadas em situações de stress.

Guralnick (1998) defende que os fatores de proteção essenciais são aqueles que se relacionam com a família exemplificando com a qualidade da interação dos pais com a criança, o fornecimento de experiências diversas e enriquecedoras do infante e a garantia de cuidados de saúde e segurança do mesmo.

Werner (citado por Andrade 1999 e citado por Pesce & cols., 2004) concluiu através do seu estudo a existência de vários fatores de proteção, emergentes e entrevistas com crianças de alto risco, que mostram uma adaptação bem-sucedida na idade adulta, são eles: características temperamentais do indivíduo que o ajudam a obter respostas positivas; competências e valores que conduzem a um uso eficiente das suas próprias capacidades; estilos educativos que promovem a autoestima na criança; presença de adultos que servem de suporte e que promovem a confiança da criança e conjunto de oportunidades de vida que potenciam uma trajetória normal na idade adulta.

Mais tarde a mesma autora (1998) enumera novamente determinadas características que levam as crianças a lidar de forma adequada com as adversidades, concordantes com as suas investigações anteriores: a eficácia e auto competência, ser sociável, possuir competências de resolução de problemas, capacidade de solicitar ajuda de outras pessoas quando necessário e possuir a crença de que pode influenciar positivamente o seu ambiente. Destaca a importância da segurança e da coerência na vida das crianças, afirmando que as crenças religiosas (independentemente da religião) oferecem sentido de enraizamento e de coerência. Os amigos, escola e os professores, são igualmente citados, sendo que a sua importância se reflete no suporte emocional e modelos positivos na vida futura.

Para Antoni & Koller (2000) os principais fatores de proteção subdividem-se em três categorias, individuais, familiares e ambientais. Inclui nos fatores de proteção

individuais, características como a sociabilidade, temperamento fácil, auto estima elevada, autonomia, autocontrole, auto confiança, persistência, sensibilidade, criatividade, inteligência, atenção, estratégias de coping, bom humor, tolerância ao sofrimento, otimismo, confiança, procura oportunidades e tentativa de alcançar o sucesso, entre outros. Como exemplos de fatores de proteção familiares apontam boas redes familiares, comunicativas, apoiantes e competentes.

Por fim enumeram os fatores de proteção ambientais: grupo de pares onde existe empatia, reconhecimento e aceitação, tolerância a conflitos, respeito, garantia de privacidade, comunicação aberta, busca de reconciliação e sentido de comunidade.

Richman & Fraser, (2001 citado por Ribeiro & Sani, 2009) defendem igualmente que os fatores protetores são características individuais ou condições ambientais que ajudam as crianças e jovens a resistir ou a contrabalançar o risco a que estão expostas.

Podemos portanto concluir, relativamente ao conceito de fatores de proteção, que estes abarcam todos os recursos ou características que uma pessoa utiliza numa situação de risco a fim de dar uma resposta mais adaptada, podendo estes ser categorizados em fatores individuais, familiares, escolares e comunitários (Aisenberg & Herrenkohl, 2008; Ribeiro & Sani, 2009).

Em síntese, como fatores individuais foram enumerados os seguintes: inteligência, a autonomia e o autocontrole (Luthar, 1991; Ribeiro & Sani, 2009), a orientação positiva (Ribeiro & Sani, 2009), temperamento positivo e competência social.

Foram igualmente catalogados os seguintes fatores familiares: práticas parentais que se preocupam com a educação dos filhos, vinculação coesa e positiva, bom nível educacional dos pais, suporte emocional e respeito pela autonomia, proximidade psicológica e emocional, carinho, solidariedade (Aisenberg & Herrenkohl, 2008; Ribeiro & Sani, 2009).

A nível dos fatores escolares é mencionado o sucesso escolar, o envolvimento em atividades sociais e relações sociais positivas (Ribeiro & Sani, 2009).

Por fim, referindo fatores protetores comunitários, são mencionadas as relações sociais recíprocas e com qualidade com adultos e/ou crianças, grupo de pares que demonstrem comportamentos saudáveis (Haskett, Nears, Ward & McPherson, 2006; Ribeiro & Sani, 2009).

Sublinha-se finalmente que, se os fatores de risco têm sido entendidos como aqueles que aumentam a probabilidade de ocorrência de comportamentos antissociais e delinquentes, os fatores de proteção são, por outro lado, tidos como indicadores que inibem a ocorrência destes mesmos comportamentos (Matos, Negreiros, Simões e Gaspar, 2009)

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

Enquadramento conceptual e objetivos do estudo

Após revisão, no capítulo anterior, da literatura relativa a comportamento desviante, comportamento antissocial e delinquência, fatores de risco e proteção, suas influências e consequências, iniciaremos este capítulo sistematizando alguns significados mais relevantes associando-os ao objetivo do presente estudo. Seguidamente descreve-se o método envolvido nesta investigação. Finalmente serão analisados e discutidos os resultados, fundamentando-os à luz da literatura.

Os comportamentos desviantes constituem um motivo de grande preocupação a nível internacional constatando-se o aumento das taxas de delinquência, agressão e abuso de droga, cada vez mais precocemente (Carvalho, 2005). Respeitam a todos os comportamentos que envolvem crimes punidos por lei bem como aos comportamentos que não estão em consonância com as normas socialmente aceites. O fenómeno espelha por isso uma problemática multidimensional, tendo na sua génese um conjunto de fatores e de dinâmicas, que o tornam bastante complexo.

Os fatores de risco e de proteção associados a comportamentos desviantes são então múltiplos e de origens diversas (fatores individuais, familiares, económicos, contextuais, entre outros). Identificar a presença destes fatores na infância permitirá atuar de forma precoce, tentando evitar o surgimento futuro de comportamentos desviantes ou quando estes já ocorrem, que se tornem persistentes e graves.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo efetuar um estudo comparativo entre uma população infante beneficiária de apoio social escolar (vulgarmente e doravante denominado de “escalão”) e uma outra, não beneficiária, no que diz respeito a fatores de risco e de proteção para comportamentos desviantes.

O escalão representa uma medida de apoio à inserção escolar, disponível para famílias que se encontram em situação de carência económica e/ou de vulnerabilidade social. Às crianças é dada de forma gratuita as refeições, a título de empréstimo os manuais escolares, uma comparticipação para ajuda na compra do material escolar e são disponibilizadas atividades de enriquecimento curricular. O escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Para atribuição desse valor é necessário primeiramente cumprir o requisito do somatório dos rendimentos do agregado não seja superior a 8.803,62 Euros. Posto isto, e para se saber em que posição do abono

estão inseridos é necessário somar todos os rendimentos anuais de todo o agregado e dividir pelo número de crianças e jovens que tenham direito ao abono e somar a esses um. Dado o valor ser-lhes-á atribuído o 1º, 2º ou 3º escalão do abono de família que representa ter escalão. Só recebe escalão quem estiver até à 2ª posição do abono de família (valor de referencia até 5.869,08€).

Com o propósito de comparar as duas populações supramencionadas, efetuou-se uma investigação junto a alunos do 1º ciclo, do Agrupamento Dr. Manuel Gomes de Almeida em Espinho, utilizando um questionário exploratório abordando variáveis associadas a: Caracterização Sociodemográfica, Situação Escolar, Situação Familiar, Consumos, Comportamentos Antissociais e Relação com os pares. Em simultâneo realizou-se um estudo exploratório da inteligência utilizando o Teste do Desenho da Figura Humana, tendo-se obtido a colaboração de uma amostra de 161 crianças.

Neste sentido, passamos agora a enumerar as hipóteses do nosso estudo.

No âmbito da comparação entre o grupo de alunos beneficiário de apoio social escolar e o grupo não beneficiário, a primeira hipótese considera que (a) os alunos com escalão apresentam um número significativamente maior de reprovações relativamente aos alunos sem escalão e (b) um número significativamente maior de alunos com escalão que ambicionam profissões que não requerem Ensino Superior e por isso menos qualificadas (hipótese definida após revisão da literatura a saber: Barrigas & Fragoso, 2012; Ferreira & Marturano, 2002; Coleman & Hagell, 2007; Maia & Williams, 2005; Farrington, 2006; Jimerson & cols., 2002 citado por Rebelo, 2009; McLoyd, 1989 citado por Salsinha, 2011 e citado por Sobral, Gonçalves & Coimbra, 2009).

A segunda hipótese estabelece que, reportando-se à situação familiar, o grupo com escalão apresenta em relação ao grupo sem escalão (a) um número significativamente mais alto de separação dos pais, (b) um número significativamente maior de famílias numerosas, (c) pais mais jovens em número significativo, (d) número significativamente maior de familiares reclusos, (e) pais desempregados em número significativamente maior, (f) qualificação dos pais significativamente menor e (g) escolaridade dos pais significativamente menor (esta hipótese foi definida após revisão de alguns autores tais como: Derzon, 2010, citado por Farrington, Loeber & Toffit, 2012; Sapienza & Pedromônico, 2005; Buchanan e cols., 2000 citado por Lemos, 2007; Coleman & Hagell, 2007; Yunes & cols., 2007; Sameroff, 1992 citado por Sameroff, 2000; Jessor, Van Den Bos, Vanderryn, Costa & Turbin 1995; Herrera & McCloskey, 2001 citado por Carvalho, 2011; Farrington, Loeber & Ttofi, 2012 citado por Farrington & Welsh, 2012; Farrington & cols., 2003 citado por Cunha, 2014; Farrington, Ulrich &

Salekin, 2010; Thornberry & Krohn, 2004 citado por Pais, 2012; Herrera e McCloskey, 2001 citado por Carvalho, 2011; Barata, 2006, citado por Marques, 2012; Baryshe, & Ramsy, 1989 citado por Marinho & Caballo, 2002; Kazdin, 1993 citado por Marinho & Caballo, 2002; Harland & cols., 2002 citado por Lemos, 2007; Barnett, 1997 citado por Rios, 2006; Priuli & Moraes, 2007 citado por Zappe & Dias, 2010; Feijo & Assis, 2004 citado por Zappe & Dias, 2010 e Rhodes & cols., 2003 citado por Chitas, 2010).

A terceira hipótese prevê que o grupo com escalão, no que concerne à escola e tempos livres, quando comparado com o grupo sem escalão, revela um número significativamente menor (a) de alunos que se percebem como bons alunos, (b) um número igualmente menor de alunos que praticam desporto e (c) um número significativamente menor de alunos que gostam da escola (esta hipótese foi elaborada segundo estudos dos seguintes autores: Matos & cols., 2001 citado por Costa, 2007; Farrington et al., 2001 citado por Lemos, 2010; Arteaga, Chen, & Reynolds, 2010 citado por Tomé & cols., 2015; Barrigas & Frago, 2012).

A quarta hipótese considera que, no respeitante a consumos de álcool, tabaco e outras drogas, o grupo com escalão apresenta um número significativamente superior de contacto e experimentação destas, quando comparados com o grupo sem escalão (esta hipótese foi definida após revisão de alguns autores tais como: Pollard, Hawkins e Artur 1999 citado por Chitas, 2010; Hawkins, Catalano e Miller, 1992 citado por Chitas, 2010 e citado por Artur & cols., 2002; Bender & Losel, 1997 citado por Lemos 2010; Born, Chevalier, & Humblet, 1997 citado por Lemos 2010; Lane, Beebe-Frankenberger, Lambros, & Pierson, 2001 citado por Lemos 2010; Gomes, 2013).

A quinta hipótese estabelece que, alunos com escalão apresentam um número significativamente maior de comportamentos desviantes quando comparados com o grupo sem escalão, nomeadamente (a) maior número de castigos na escola, (b) maior envolvimento em lutas na escola, (c) maior envolvimento em roubos (esta hipótese foi elaborada segundo estudos de autores como: Scaramella & cols., 2002; Bagwell & cols., 2001 citado por Pais 2012; Henggeler, 1989 citado por Chitas, 2010; Rutter & Giller, 1983 citado por Chitas, 2010).

A sexta hipótese considera que, no que concerne a amigos e a atividades que estes realizam em grupo, verifica-se que o grupo com escalão apresenta um número significativamente maior de (a) envolvimento em insultos e (b) bater noutras crianças. Considera também esta hipótese que (c) o grupo com escalão tem um número significativamente menor de alunos que identifica o melhor amigo (esta hipótese foi elaborada segundo estudos de autores como: Scaramella & cols., 2002; Bagwell & cols.,

2001 citado por Pais 2012; Henggeler, 1989 citado por Chitas, 2010; Rutter & Giller, 1983 citado por Chitas, 2010).

A última hipótese designa que, o grupo com escalão quando comparado com o grupo sem escalão, apresenta (a) uma média de QI significativamente mais baixa e (b) um número significativamente maior de alunos com inteligência considerada abaixo da média (esta hipótese foi elaborada segundo estudos dos seguintes autores: Farrington, 2006, Farrington & Welsh, 2012; Zappe & Dias, 2010; Carvalho, 2011; Paludo & Koller, 2005; Coleman & Hagell, 2007, Ribeiro & Sani, 2009; Cecconello, 2003 citado por Poletto & Koller, 2008; Haskett et al., 2006).

Método

1 Amostra

1.1 Seleção da amostra

A amostra foi recolhida em duas escolas do 1º ciclo, do concelho de Espinho, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida, nomeadamente a Escola EB 1/JI Espinho 2 e Escola EB1/JI da Marinha.

Esta opção de escolas justifica-se pelo facto de conseguirmos assegurar à priori um número significativo de alunos que permitisse uma comparação entre as crianças beneficiárias, ou não, de apoio social escolar (“com e sem escalão”).

Trata-se de uma amostra não probabilística, de conveniência, que possibilita uma maior facilidade de acesso do investigador e disponibilidade por parte das referidas escolas.

1.2 Composição da amostra

A amostra foi constituída por 161 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade. Esta amostra representa 11,3 % da população infantil escolar do 1º ciclo do concelho de Espinho.

A amostra recolhida da Escola EB 1/JI Espinho 2 fez um total de 102 alunos, e no caso da Escola EB1/JI da Marinha o total da amostra foi de 59 alunos.

1.2.1 Escola e Escalão

A tabela 1 representa a distribuição dos alunos com e sem escalão relativamente à escola que frequentam.

Tabela 1 - Distribuição dos Alunos por Escola e Escalão

		Escalão		Total
		Sim	Não	
Escola EB1/JI da Marinha	N	52	7	59
	Percentagem	32,3%	4,3%	36,6%
Escola EB1/JI Espinho 2	N	18	84	102
	Percentagem	11,2%	52,2%	63,4%
Total	N	70	91	161
	Percentagem	43,5%	56,5%	100,0%

Através da tabela 1 conclui-se que 36,6% da amostra pertence a alunos que frequentam a Escola EB1/JI da Marinha enquanto 63,4% da amostra representa os alunos que a Escola EB1/JI Espinho 2.

Conclui-se igualmente pela observação da tabela que, relativamente à amostra recolhida, 43,5% dos alunos estudados tem escalão enquanto 56,5% da restante amostra não possui escalão.

Relativamente aos alunos com escalão verifica-se que 32,3% destes alunos frequentam a Escola EB1/JI da Marinha enquanto 11,2% destes alunos frequenta a Escola EB1/JI Espinho 2.

1.2.2 Sexo, Idade e Escolaridade

A nossa amostra é constituída tanto por rapazes como por raparigas e as suas idades variam entre os 6 e os 10 anos. Este grupo etário é justificado pelo estudo ter tido lugar em duas escolas do 1º ciclo (1º ao 4º ano).

As tabelas 2,3,4 mostram a distribuição dos alunos consoante sexo, idade e escolaridade respetivamente.

Tabela 2- Distribuição dos Alunos por Sexo e Escalão

			Escalão		Total
			Sim	Não	
Sexo	Masculino	N	41	45	86
		Percentagem	25,5%	28,0%	53,4%
	Feminino	N	29	46	75
		Percentagem	18,0%	28,6%	46,6%
Total		N	70	91	161
		Percentagem	43,5%	56,5%	100,0%

Pela observação da tabela 2 conclui-se que, 46,6% da amostra pertence a alunos do sexo Feminino enquanto 53,4% da mesma, pertence a alunos do sexo Masculino.

Em alunos com escalão podemos verificar que a percentagem de alunos do sexo masculino (25,5%) é superior à do sexo feminino (18,0%) enquanto em alunos sem escalão, encontramos menor número de alunos do sexo Masculino (28,0%) do que alunos do sexo Feminino (28,6%), embora a diferença percentual aqui aferida seja mínima (0,6%).

Tabela 3- Distribuição dos Alunos por Idade e Escalão

			Escalão		Total
			Sim	Não	
Idade	6 anos	N	21	21	42
		Percentagem	13,0%	13,0%	26,1%
	7 anos	N	15	24	39
		Percentagem	9,3%	14,9%	24,2%
	8 anos	N	15	21	36
		Percentagem	9,3%	13,0%	22,4%
	9 anos	N	10	23	33
		Percentagem	6,2%	14,3%	20,5%
	10 anos	N	9	2	11
		Percentagem	5,6%	1,2%	6,8%
Total		N	70	91	161
		Percentagem	43,5%	56,5%	100,0%

Na tabela 3 está representado a distribuição dos alunos pelas suas idades e daqui se observa que: 26,1% dos participantes tem 6 anos; 24,2% dos participantes 7 anos; 22,4% dos participantes 8 anos; 20,5% dos participantes tem uma idade de 9 anos e por fim 6,8% dos participantes com 10 anos. Comparando os alunos com escalão, conclui-se que a maior percentagem se concentra nos alunos com 6 anos de idade enquanto nos alunos sem escalão a sua maior percentagem encontra-se em alunos com 7 e 9 anos. O número de crianças estudadas com 10 anos revela um decréscimo acentuado (6,8%) comparativamente às restantes idades, facto explicado pela idade típica de frequência do 1º ciclo se encontrar, entre os 6 e os 9 anos.

Tabela 4- Distribuição dos Alunos por Escolaridade e Escalão

		Escalão		Total	
		Sim	Não		
Escolaridade	1º Ano	N	19	23	42
		Percentagem	11,8%	14,3%	26,1%
	2º Ano	N	17	22	39
		Percentagem	10,6%	13,7%	24,2%
	3º Ano	N	17	21	38
		Percentagem	10,6%	13,0%	23,6%
	4º Ano	N	17	25	42
		Percentagem	10,6%	15,5%	26,1%
Total	N	70	91	161	
	Percentagem	43,5%	56,5%	100,0%	

A tabela 4 revela a distribuição dos alunos por escolaridade estudada. Através da análise da tabela obtém-se o seguinte: 26,1% da população estudada é relativa a alunos que frequentam o 1º ano; 24,2% dos alunos frequentam o 2º ano; 23,6% dos alunos frequenta o 3º ano e os restantes 26,1% dos estudantes frequentam o 4º ano. É no 1º que se regista uma maior percentagem de alunos com escalão (11,8%) enquanto nos alunos sem escalão, a sua maior percentagem se encontra no 4ºano (15,5%).

2 Instrumentos de Avaliação

2.1 Desenho da Figura Humana

O desenho da Figura Humana foi avaliado seguindo a proposta original de Goodenough (1926), para a avaliação da inteligência.

Foi pedido a cada criança, individualmente, que desenhasse um homem, de corpo inteiro, o melhor que soubesse, aconselhando que não tivesse pressa e fosse cuidadoso/a.

Foi fornecido um lápis nº2 e folha a4 branca colocada na posição vertical não sendo permitido a utilização de borracha.

Foram utilizadas as normas estabelecidas originalmente pela autora, para a população americana, pelo que os valores obtidos para os QIs (Quociente Intelectual) devem ser tidos em conta não como significativos individualmente, mas apenas para a comparação entre os dois grupos. Este teste é de carácter não-verbal, e é analisado de acordo com uma escala de 51 itens, que são cotados com 0 ou 1. Os itens contemplam a presença ou ausência de elementos, bem como o modo como são representados.

2.2 Questionário de Caracterização individual

Para a construção deste instrumento, tivemos como base o questionário elaborado por Valentina Correia Chitas em 2010, utilizado na sua Tese de Doutoramento em Psicologia intitulada “Consumo de Drogas e Outros Comportamentos de Risco na Adolescência”. A autorização para utilização e alteração deste instrumento foi obtida junto desta e do seu orientador, o Professor Doutor Jorge Negreiros.

Este instrumento foi adaptado à amostra, sendo que todas as questões colocadas às crianças tinham como função o apurar de respostas objetivas que nos permitissem obter informações relativas à presença, ou não, de fatores de risco/proteção para comportamentos desviantes.

Posto isto, procedeu-se à seleção das questões pertinentes a efetuar aos alunos participantes nesta investigação, introduzindo novas perguntas que se revelavam importantes para este estudo com a finalidade de obter junto a estudantes de diferentes faixas etárias, respostas relativas a dados sociodemográficos, instrução dos pais, ambiente escolar (retenções, comportamentos e expectativas), comportamentos desviantes (entre os quais, o consumo de substâncias).

Para uma melhor organização do questionário realizado, a estrutura deste foi dividida em categorias de perguntas. No primeiro bloco denominado “Caracterização Sociodemográfica” incluímos questões associadas à Escola, Sexo, Data de Nascimento, Nacionalidade e Residência.

No segundo bloco denominado “ Situação Escolar” inclui-se o ano de escolaridade que frequenta, retenções e expectativas futuras.

No bloco seguinte “Situação Familiar” o que se pretende obter com as questões dirigidas aos participantes são informações sobre idade dos pais, estado civil dos pais, escolaridade e profissão destes, situação face ao emprego, composição do agregado familiar e reclusão familiar.

No quarto bloco denominado “Escolas e Tempos Livres”, pretende-se perceber a relação das crianças com a escola, com os seus professores, colegas e a prática de desporto nos tempos livres.

O quinto bloco é dedicado aos consumos, sendo que é perguntado aos infantes se já consumiram álcool, tabaco ou outra droga. Em caso afirmativo, a idade do primeiro consumo.

O último bloco é dedicado às questões ligadas ao grupo de pares, questionando-se as crianças acerca da existência de um melhor amigo e atividades que desenvolvem quando estão juntos.

Foi realizado um pré-teste ao questionário a fim de verificar a adequação deste à faixa etária e objetivos definidos. Neste sentido foi pedido a alunos de uma outra escola, não estudada, que realizassem as atividades propostas nesta investigação: o desenho da figura humana e o questionário. Desta forma foi possível melhor adequar o instrumento às características do grupo alvo, essencialmente reformulando o discurso de acordo com a capacidade de compreensão inerente à faixa etária estudada.

3 Procedimentos

Passaremos agora a descrever os procedimentos levados a cabo para a realização deste estudo. Num primeiro momento, após deliberação dos objetivos do estudo com os respetivos orientadores, os mesmos foram apresentados quer à coordenação do mestrado quer à comissão do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

Seguidamente apresentou-se ao Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida e respetivos Coordenadores Pedagógicos das escolas estudadas, os objetivos do projeto e descreveu-se as atividades que se pretendiam realizar com as

crianças. Solicitou-se então aos pais que assinassem, de forma esclarecida, o consentimento informado enviado.

Num segundo momento, após a receção do consentimento assinado pelo encarregado de educação procedeu-se individualmente à realização do teste de avaliação da Inteligência através do Desenho da Figura Humana, realizando-se de seguida o questionário. Como a idade das crianças variava dos seis aos dez anos definiu-se o preenchimento assistido, ou seja, a mestranda fazia as questões consoante o guião e registava a resposta dos sujeitos.

A todas as crianças foi pedido que respondessem de forma sincera. A recolha individual do desenho e das respostas ao questionário ocupou uma média de 15 minutos por aluno.

Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizado o programa IBM SPSS Statistics, versão 21.0.

Apresentação e Discussão dos Resultados do Estudo

Este capítulo será dedicado à apresentação e discussão de resultados do estudo, cujo objetivo se centra na comparação de crianças com e sem escalão no que concerne a variáveis de risco e de proteção para comportamentos desviantes. A apresentação dos resultados assentará nesta comparação. Seguidamente os resultados serão descritos pormenorizadamente e posteriormente discutidos à luz da literatura.

1 Caracterização sociodemográfica da amostra

Esta caracterização foi efetuada nas páginas anteriores, sintetizando concluindo-se que: foram estudados 161 crianças, das quais 43,5% com escalão e 56,5% sem escalão. Da amostra com escalão podemos concluir que 32,3% pertence à Escola EB1/JI da Marinha e 11,2% pertence à Escola EB1/JI Espinho 2. Quanto à amostra sem escalão podemos afirmar que, 4,3% pertence à Escola EB1/JI da Marinha e 52,2% pertence à Escola EB1/JI Espinho 2.

Acrescenta-se ainda que, 46,6% da amostra é integrada por alunas do sexo Feminino enquanto 53,4% da mesma, respeita a alunos do sexo Masculino. Quanto às idades obteve-se a seguinte distribuição: 24,2% dos participantes tem uma idade de 7

anos; 22,4% dos participantes tem 8 anos; 20,5% dos participantes tem 9 anos e por fim 6,8% dos participantes já completou 10 anos.

2 Situação Escolar

2.1 Retenção Escolar

A tabela seguinte representa os resultados dos alunos relativamente a reprovação escolar.

Tabela 5-Distribuição dos Alunos por Retenção Escolar

		Escalaão		
		Sim	Não	
Retenção Escolar	Sim	N	15	2
		Percentagem	21,4%	2,2%
	Não	N	55	89
		Percentagem	78,6%	97,8%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

A tabela 5 mostra-nos a distribuição dos alunos do 1º ciclo, com e sem escalaão, que ao longo do seu percurso académico já ficaram retidos num determinado ano. Obtivemos os resultados da comparação estatística, após recorrer ao teste do qui quadrado, que se revelou estatisticamente significativo ($\chi^2 = 15,493$ $p < 0,001$).

Conclui-se por isso que, relativamente aos alunos com escalaão 21,4% destes já reprovaram pelo menos uma vez. Através da tabela 5 observa-se que, nos alunos sem escalaão apenas 2,2% dos alunos já reprovou.

2.2 Expectativas Futuras

Questionou-se os participantes sobre a profissão que gostariam de exercer no futuro dado os seus gostos/ambições.

As respostas foram analisadas em função de atividade profissional que requer um percurso formativo com prosseguimento (ou não) de estudos para o ensino superior.

Tabela 6- Distribuição dos Alunos por Habilitações Exigidas

		Escalão	
		Sim	Não
Ensino Superior	N	21	38
	Percentagem	30,0%	41,8%
Ensino Obrigatório	N	49	53
	Percentagem	70,0%	58,2%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

Para esta comparação, foi efetuado um teste do qui quadrado, que não se revelou estatisticamente significativo.

Como se pode ver na tabela 30% dos alunos, com escalão, questionados perspetivam para o seu futuro uma profissão que implica a continuação dos seus estudos a nível superior e 70% dos mesmos alunos só tem expectativas de acabar o 12º ano.

Relativamente a alunos, sem escalão, observa-se que 41,8% ambiciona a continuidade dos estudos dada a profissão que pretendem exercer. Por outro lado 58,2% dos mesmos, pretende uma profissão que não implica a continuidade dos seus estudos.

2.3 Categorização da Profissão Pretendida

Após a categorização das profissões aspiradas pelos alunos, inerente à necessidade ou não de habilitação superior, categorizou-se de novo estas profissões mas colocando-as nos níveis definidos pela Classificação Nacional das Profissões.

A Classificação Nacional das Profissões congrega todas as profissões que existem em Portugal, sua descrição funcional, apresentando-se agregadas por grupos profissionais.

No primeiro lugar designado “Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa” encontramos profissões tais como: Dirigentes de Empresas, Empresários, Diretores de produção e exploração, Gerentes da Agricultura, Silvicultura e da Pesca, da Produção industrial, da Construção civil, do comércio, de restauração e hotelaria, entre outros.

No segundo lugar temos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” e encontramos profissionais como Especialistas das Ciências físicas, Matemáticas e

Engenharia, Especialistas das Ciências da vida e profissionais da saúde e Docentes do Ensino Secundário, Superior e profissões similares.

Em terceiro lugar encontramos “Técnicos e Profissionais de nível intermédio” onde encontramos profissões tais como: Técnicos de ciências físico-químicas, Técnicos de engenharia civil, Técnicos de eletricidade, Técnicos de eletrónica e telecomunicações, Técnicos de relojoaria, Técnicos intermédios de química industrial, Técnicos de investigação física e química, do fabrico industrial e trabalhadores similares não classificados em outra parte, Docentes do ensino básico, primário e pré-primário, Educadores de infância, Docentes de Educação especial, Profissionais de nível intermédio de finanças e serviços comerciais, Profissionais de nível intermédio de gestão e administração, Inspetores da polícia judiciária e detetives e Profissionais da criação artística do espetáculo e do desporto.

Em quarto lugar está o “Pessoal Administrativo e Similares” onde encontramos profissionais tais como: Secretárias e Operadores de equipamentos e tratamento de informação, Empregados dos serviços de contabilidade e dos serviços financeiros, Empregados do aprovisionamento, de planeamento e dos transportes, Empregados de biblioteca, carteiros e trabalhadores similares, Empregados de escritório, Caixas e Bilheteiras, Caixas e Estabelecimentos bancários, Empregados da banca, casinos e similares, Penhoristas e trabalhadores similares, Cobradores e trabalhadores similares.

Em quinto lugar temos o “Pessoal dos Serviços e Vendedores” onde podemos encontrar profissões tais como: Assistentes, cobradores, guias e trabalhadores similares, Ecónomos, Pessoal do serviço de restauração, vigilantes, assistentes médicos e trabalhadores, Manequins e outros modelos, Vendedores e demonstradores, Vendedores de quiosque e mercado.

Em sexto lugar incluem-se “Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e da Pesca” onde temos profissionais tais como: Agricultores e trabalhadores qualificados de culturas agrícolas, Criadores e trabalhadores qualificados do tratamento de animais, Agricultores e trabalhadores qualificados da policultura, criação e tratamento de animais, Trabalhadores florestais e similares, Trabalhadores da aquacultura e pescas, Agricultura e Pecuária de subsistência.

Em sétimo lugar apontam “ Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” onde temos profissionais tais como: Mineiros, canteiros, carregadores de fogo e trabalhadores de pedreiras, Trabalhadores da construção civil e obras públicas, Trabalhadores da construção civil e similares – acabamentos, pintores, limpadores de fachadas e trabalhadores similares, Moldadores, soldadores, bate-chapas, caldeireiros, montadores de estruturas e trabalhadores similares, forjadores, serralheiros mecânicos e trabalhadores similares, Mecânicos e ajustadores de máquinas, Mecânicos e ajustadores

de equipamentos elétricos e eletrônico, Mecânicos de precisão em metal e materiais similares, Oleiros, Vidreiros e trabalhadores similares, Artesãos de madeira, tecido, couro e materiais similares, Compositores tipográficos e trabalhadores similares, Trabalhadores de preparação e confeção de alimentos e bebidas e trabalhadores similares, Trabalhadores das madeiras e similares, Trabalhadores dos têxteis e confeções e trabalhadores similares, Trabalhadores de peles, couro e calçado, Trabalhadores de artigos de pirotecnia.

Em oitavo lugar temos “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” onde encontramos profissionais tais como: Operadores e condutores de máquinas e instalações mineiras de extração e tratamento de minerais, Operadores de instalações de transformação de metais, Operadores de instalações de fabricação de vidro, cerâmica e trabalhadores similares, Operadores de instalações de tratamentos químicos, Operadores de instalações de produção de energia e trabalhadores similares, Operadores de cadeias de montagem automatizadas e de "robots" industriais, Operadores de máquinas para trabalhar metais e produtos minerais, Operadores de máquinas para trabalhar metais e produtos químicos, Operadores de máquinas para fabricar produtos de borracha e matéria plástica, Operadores de máquinas para fabricar produtos de madeira, Operadores de máquinas de impressão, encadernação e fabricação de produtos de papel, Operadores de máquinas para fabricar produtos têxteis e artigos em pele e couro, Operadores de máquinas para fabricar alimentos e produtos similares, Trabalhadores de montagem, Outros operadores de máquinas e trabalhadores similares, Maquinistas de locomotivas e trabalhadores similares, Condutores de veículos a motor, Operadores de maquinaria agrícola móvel e de outras máquinas móveis, Mestres, marinheiros e trabalhadores similares.

Em nono e último lugar aparecem os “Trabalhadores não Qualificados” onde temos profissionais tais como: Vendedores ambulantes e trabalhadores similares, Engraxadores e trabalhadores similares, Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa e trabalhadores similares, Porteiros de prédios urbanos, lavadores de vidros e veículos e trabalhadores similares, Trabalhadores não qualificados das minas e da construção civil e obras públicas, Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora, Trabalhadores não qualificados dos transportes.

Tabela 7- Distribuição dos Alunos por Categorização da Profissão Pretendida

		Escalão	
		Sim	Não
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	N	21	38
	Percentagem	30,0%	41,8%
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	N	16	20
	Percentagem	22,9%	22,0%
Pessoal dos Serviços e Vendedores	N	33	33
	Percentagem	47,1%	36,2%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

Para esta comparação estatística foi utilizado o teste de qui quadrado que não se revelou estatisticamente significativo.

Conclui-se a partir da tabela 7 que, relativamente à categorização da profissão de alunos com escalão, a maior percentagem situa-se no “Pessoal dos serviços e Vendedores” (47,1%). Seguidamente a maior percentagem situa-se nos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” (30%) e por último nos “Técnicos e Profissionais de nível Intermédio” (22,9%). Relativamente aos alunos sem escalão representados na tabela, verifica-se que a maior percentagem relativa à categoria profissional encontra-se nos “Especialistas das Profissões das Intelectuais e Científicas” (41,8%) seguido da categoria “Pessoal dos Serviços e Vendedores” (36,2%). A categoria com menor percentagem é “Técnicos e Profissionais de nível Intermédio” (22%).

3 Situação Familiar

3.1 Idade do Pai e Idade da Mãe

A tabela seguinte apresenta a média de idades do pai e da mãe da amostra estudada, com recurso a um teste t student.

Tabela 8- Distribuição da Média das Idades dos Pais

	Escalão				<i>t</i>	Gf	<i>p</i>
	Sim (n=70)		Não (n=91)				
	Média	DP	Média	DP			
Idade do Pai	37,99	6,639	41,75	5,444	-3,849	159	0,000
Idade da Mãe	36,10	6,320	40,52	4,956	-4,817	159	0,000

Conclui-se que a média de idade do pai dos alunos com escalão é de 37,99 (d.p. =6,639) enquanto a média de idade do pai dos alunos sem escalão é de 41,75 (d.p.= 5,444). Podemos afirmar que a média da idade do pai de alunos com escalão é significativamente inferior à média da idade do pai de alunos sem escalão (*Test t = -3,849, p < 0,001*). No caso da mãe, a média de idade desta nos alunos com escalão é de 36,10 (d.p = 6,320) e nos discentes sem escalão, de 40,52 (d.p = 4,956). Pode-se observar que a média de idade da mãe nos alunos com escalão é significativamente mais baixa que nos demais (*Test t = -4,956, p < 0,001*).

3.2 Estado Civil dos Pais

A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos pela comparação entre alunos, com e sem escalão, relativamente ao estado civil dos pais.

Tabela 9- Distribuição dos Alunos por Estado Civil dos Pais

		Escalão	
		Sim	Não
Juntos	N	51	77
	Percentagem	72,9%	84,6%
Separados	N	18	13
	Percentagem	25,7%	14,3%
Falecimento	N	1	1
	Percentagem	1,4%	1,1%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

Para esta comparação estatística foi utilizado o teste de qui quadrado que não se revelou estatisticamente significativo.

Pela observação da tabela 9 verifica-se que, os alunos, com escalão moram na sua maioria com o pai e mãe (72,9% - percentagem de pais que estão juntos), sendo que 25,7% (percentagem de pais separados) desta mesma população só habita com um dos pais. Observa-se ainda que, os alunos sem escalão moram igualmente na sua maioria com o pai e a mãe (84,6% - percentagem de pais que estão juntos), verificando-se que 14,3% (percentagem de pais separados) desta população só habita com um dos progenitores.

3.3 Agregado Familiar

A tabela 10 apresenta o agregado familiar das crianças com e sem escalão.

Tabela 10- Distribuição dos Alunos por Agregado Familiar

		Escalão	
		Sim	Não
Menos de 3 pessoas	N	3	4
	Percentagem	4,3%	4,4%
3 Pessoas	N	16	18
	Percentagem	22,9%	19,8%
3-5 Pessoas	N	36	66
	Percentagem	51,4%	72,5%
Mais de 5 pessoas	N	15	3
	Percentagem	21,4%	3,3%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

A comparação entre ambas as populações relativamente à composição do agregado familiar revelou-se estatisticamente significativa, após se ter recorrido a um teste de qui quadrado ($\chi^2 = 14,593, p < 0,05$).

Conclui-se que, em ambas as populações estudadas, o agregado familiar que regista maior percentagem é aquele que é composto por 3-5 pessoas.

Da observação da tabela anterior também se verifica que, em alunos com escalão, encontramos uma percentagem significativa de agregados familiares compostos por mais de 5 pessoas (21,4%), enquanto em alunos sem escalão verifica-se que, agregados com mais de 5 pessoas são escassos (3,3%).

3.4 Reclusão Familiar

A seguinte tabela (11) mostra os alunos com e sem escalão que têm ou tiveram na sua família algum recluso.

Tabela 11- Distribuição dos Alunos por Reclusão Familiar

			Escalão	
			Sim	Não
Reclusão Familiar	Sim	N	5	0
		Percentagem	7,1%	0,0%
	Não	N	65	91
		Percentagem	92,9%	100,0%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Nesta comparação foi utilizado um teste de qui quadrado que se revelou estatisticamente significativo ($\chi^2 = 6,708, p < 0,05$).

Através da análise da tabela observa-se que 7,1% dos alunos com escalão, têm algum familiar recluso enquanto 92,9% da mesma população não tem. De referir que só encontramos familiares reclusos na população com escalão.

3.5 Empregabilidade do Pai e da Mãe

As tabelas seguintes demonstram a comparação relativa à situação face ao emprego do pai e da mãe dos alunos estudados.

Tabela 12- Distribuição dos Alunos por Empregabilidade do Pai

			Escalão	
			Sim	Não
Empregado	N	50	84	
	Percentagem	71,4%	92,3%	
Desempregado	N	20	7	
	Percentagem	28,6%	7,7%	
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Esta comparação relativa à empregabilidade do Pai operacionalizou-se através de um teste de qui quadrado que se revelou estatisticamente significativo ($x^2 = 12,357, p < 0,001$).

Conclui-se que 28,6% dos pais de alunos, com escalão, estão em situação de desemprego enquanto em pais de alunos, sem escalão, apenas 7,7% destes vivem a mesma realidade.

Conclui-se que existe uma maior percentagem de desemprego do pai na população de alunos com escalão.

Tabela 13- Distribuição dos Alunos por Empregabilidade da Mãe

		Escalão	
		Sim	Não
Empregado	N	39	83
	Percentagem	55,7%	91,2%
Desempregado	N	30	7
	Percentagem	42,9%	7,7%
Reformado	N	1	1
	Percentagem	1,4%	1,1%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

Os resultados obtidos relativamente à empregabilidade da Mãe revelaram-se igualmente significativos ($x^2 = 27,902, p < 0,001$).

Conclui-se que, relativamente aos alunos com escalão, 42,9% das suas mães está em situação de desemprego enquanto 7,7 % das mães de alunos sem escalão está desempregada. Conclui-se que existe uma maior percentagem de desemprego nas mães dos estudantes com escalão.

3.6 Profissão do Pai

Ao longo do questionário foi perguntado a cada participante a profissão do pai e da mãe. Na tabela que se segue, serão apresentados esses resultados categorizados, relativamente ao pai, de acordo com a Classificação Nacional das Profissões. Para a obtenção dos referidos resultado recorreu-se a um teste de qui quadrado.

Tabela 14- Distribuição dos Alunos e Categorização da Profissão do Pai

	Escalão			
	Sim		Não	
	N	Percentagem	N	Percentagem
Quadros Superiores Administração Pública	0	0,0%	9	9,9%
Sem Profissão	20	28,6%	7	7,7%
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2	2,9%	37	40,7%
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	1	1,4%	3	3,3%
Pessoal Administrativo e Similares	0	0,0%	4	4,4%
Pessoal dos Serviços e Vendedores	19	27,1%	16	17,6%
Trabalhadores qualificados agricultura e pesa	1	1,4%	1	1,1%
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	19	27,1%	11	12,1%
Operadores de Instalações e Máquinas e Montagem	1	1,4%	2	2,2%
Trabalhadores Não Qualificados	7	10,0%	1	1,1%
	70	100,0%	91	100,0%

Os resultados obtidos através do teste efetuado revelaram-se estatisticamente significativos ($\chi^2 = 57,126, p < 0,001$).

Pela observação da tabela podemos concluir que, relativamente à profissão dos pais dos alunos com escalão, verificamos que as maiores percentagens se distribuem pelas categorias de profissão “Sem Profissão” e “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”. Relativamente aos pais de estudantes sem escalão, verifica-se que as maiores percentagens se encontram entre “Especialistas das profissões Intelectuais e Científicas” e “Pessoal dos Serviços e Vendedores”. Podemos portanto afirmar que pais de alunos, sem escalão, ocupam profissões de nível com rendimentos superiores relativamente a pais de alunos com escalão.

3.7 Profissão da Mãe

Na tabela que se segue, serão apresentados resultados categorizados relativamente à profissão mãe de acordo com a Classificação Nacional das Profissões recorrendo de novo a um teste de qui quadrado.

Tabela 15- Distribuição dos Alunos por Categorização da Profissão da Mãe

	Escalão			
	Sim		Não	
	N	Percentagem	N	Percentagem
Quadros Superiores Administração Pública	0	0,0%	6	6,6%
Sem Profissão	31	44,3%	8	8,8%
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2	2,9%	42	46,2%
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	2	2,9%	6	6,6%
Pessoal Administrativo e Similares	1	1,4%	9	9,9%
Pessoal dos Serviços e Vendedores	10	14,3%	6	6,6%
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	11	15,7%	8	8,8%
Trabalhadores Não Qualificados	13	18,6%	6	6,6%
Total	70	100,0%	91	100,0%

Os resultados obtidos através do teste efetuado revelaram-se estatisticamente significativos ($\chi^2 = 66,777, p < 0,001$).

Pela observação da tabela conclui-se que, relativamente aos alunos, com escalão, as profissões das suas mães, registadas em maior percentagem são as da categoria “Sem Profissão” e “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”. No caso das mães cujos filhos não possuem escalão, as profissões que revelam maior percentagem são as das categorias “Especialistas das profissões Intelectuais e Científicas” e “Pessoal Administrativo e Similares”. Podemos afirmar que mães de alunos sem escalão ocupam profissões de nível com rendimentos superiores às mães de alunos com escalão.

3.8 Escolaridade do Pai

A tabela seguinte refere-se à escolaridade do pai dos alunos que participaram no questionário.

Tabela 16- Distribuição dos Alunos por Escolaridade do Pai

		Escalão	
		Sim	Não
4ºAno	N	23	1
	Percentagem	32,9%	1,1%
6ºAno	N	14	2
	Percentagem	20,0%	2,2%
9ºAno	N	18	10
	Percentagem	25,7%	11,0%
12ºAno	N	13	24
	Percentagem	18,6%	26,4%
Ensino Superior	N	2	54
	Percentagem	2,9%	59,3%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

Para efetuar esta comparação entre populações foi efetuado um teste de qui quadrado, que se revelou estatisticamente significativo ($\chi^2 = 81,659, p < 0,001$).

Através da tabela podemos concluir, relativamente aos estudos dos pais dos alunos com escalão, que 32,9% completou o 4º ano, 20% terminou o 6º ano, 25,7% findou ou o 9º ano, 18,6% completou o 12º ano e por fim, 2,9% frequentou o Ensino Superior.

Contrariamente, a maioria dos pais de alunos, sem escalão, frequentou o ensino superior (59,3%), 2,2% destes finalizou o 6ºano e 11% completou o 9ºano, 26,4% terminou o 12ºano e 1,1% completou o 4º ano.

Observa-se que pais de alunos sem escalão completaram níveis superiores de escolaridade quando comparadas a pais de alunos com escalão.

3.9 Escolaridade da Mãe

A tabela seguinte revela a escolaridade da mãe dos alunos que participaram no questionário.

Tabela 17- Distribuição dos Alunos por Escolaridade da Mãe

		Escalão	
		Sim	Não
4ºAno	N	21	3
	Percentagem	30,0%	3,3%
6ºAno	N	15	1
	Percentagem	21,4%	1,1%
9ºAno	N	17	4
	Percentagem	24,3%	4,4%
12ºAno	N	15	21
	Percentagem	21,4%	23,1%
Ensino Superior	N	2	62
	Percentagem	2,9%	68,1%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

Para efetuar esta comparação entre populações foi efetuado de novo um teste de qui quadrado, que se revelou estatisticamente significativo ($\chi^2 = 89,837, p < 0,001$).

Relativamente a mães de alunos sem escalão verifica-se que a maioria destas completou o ensino superior (68,1%), 23,1% da mesma população conclui o 12ºano, 4,4% terminou o 9º ano, 1,1% concluiu o 6º ano e 3,3% completou o 4ºano. No caso das mães cujos filhos possuem escalão, 30% destas concluiu o 4ºano, 21,4% concluiu o 6ºano, 24,3% completou o 9ºano, 21,4% terminou o 12ºano e 2,9% frequentou o Ensino Superior.

Observa-se que mães de alunos sem escalão completaram níveis superiores de escolaridade quando comparadas a mães de alunos com escalão.

4 Escola e Tempos Livres

Neste grupo de questões quis-se apurar se os alunos gostam da escola, qual o seu aproveitamento escolar e se praticam desporto nos tempos livres. Os resultados são apresentados de seguida nas tabelas 18,19 e 20.

Tabela 18- Distribuição dos Alunos e Gosto pela escola

		Escalão		
			Sim	Não
Gosto pela Escola	Sim	N	69	88
		Percentagem	98,6%	96,7%
	Não	N	1	3
		Percentagem	1,4%	3,3%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Efetuuou-se um teste de qui quadrado mas os resultados não se revelaram estatisticamente significativos.

Como se pode verificar pela análise da tabela, mais de 95% dos alunos, independentemente, de presença ou ausência de escalão (exceção de 4,7% da amostra total) relatam gostar de frequentar a escola.

Tabela 19- Distribuição de Alunos e Rendimento Escolar

		Escalão		
			Sim	Não
Rendimento Escolar	Bons Alunos	N	45	74
		Percentagem	64,3%	81,3%
	Maus Alunos	N	25	17
		Percentagem	35,7%	18,7%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Para esta comparação entre populações foi também utilizado um teste de qui quadrado, e os resultados revelaram-se estatisticamente significativos ($x^2 = 5,953, p < 0,05$).

Conclui-se no caso de alunos com escalão, que 35,7% não se considera bom aluno, enquanto 18,7% dos alunos sem escalão se retrata da mesma forma.

Tabela 20- Distribuição dos Alunos por Prática Desportiva

		Escalão		
			Sim	Não
Prática de Desporto	Sim	N	31	70
		Percentagem	44,3%	76,9%
	Não	N	39	21
		Percentagem	55,7%	23,1%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Foi de novo efetuado um teste de qui quadrado que demonstrou que os resultados são estatisticamente significativos ($\chi^2 = 18,027, p < 0,001$).

Através da análise da tabela conclui-se, no caso de alunos com escalão, 44,3% da amostra pratica desporto depois das aulas enquanto 55,7% não pratica. No caso da população, sem escalão, 76,9% pratica desporto depois da escola e 23,1% não pratica.

5 Consumos

Nas tabelas seguintes estão dispostos os dados relativos ao consumo de tabaco, álcool ou outras drogas pelos participantes.

Tabela 21- Distribuição dos Alunos e Consumo de Tabaco

		Escalão		
			Sim	Não
Consumo de Tabaco	Sim	N	1	1
		Percentagem	1,4%	1,1%
	Não	N	69	90
		Percentagem	98,6%	98,9%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Para esta comparação foi utilizado um teste de qui quadrado que não se revelou estatisticamente significativo para qualquer dos tipos de consumo.

Pela observação da tabela conclui-se que tanto os alunos com escalão como aqueles sem escalão, não consomem na sua maioria tabaco, existindo apenas dois

participantes um com escalão e outro sem, que relatam pelo menos uma experiência com esta substância.

Tabela 22- Distribuição dos Alunos e Consumo de Álcool

			Escalão	
			Sim	Não
Consumo de Álcool	Sim	N	0	1
		Percentagem	0,0%	1,1%
	Não	N	70	90
		Percentagem	100,0%	98,9%
Total		N	70	91
		Percentagem	100,0%	100,0%

Através destes dados podemos concluir que quer alunos com escalão quer alunos sem escalão quase na sua totalidade nunca experimentaram álcool, existindo apenas uma caso de um aluno sem escalão que relata já ter tido pelo menos uma experiência com esta substância.

Tabela 23- Distribuição dos Alunos e Consumo de outras Drogas

			Escalão	
			Sim	Não
Consumo de Drogas	Não	N	70	91
		Percentagem	100,0%	100,0%
Total		N	70	91
		Percentagem	100,0%	100,0%

Através da tabela podemos concluir que em ambas as populações estudadas (com e sem escalão) não se verificou nenhum consumo de drogas ilegais.

6 Comportamentos Desviantes

Neste grupo foram introduzidas questões onde se procurou saber se os alunos se envolveram em lutas na escola, se ficavam de castigo e se alguma vez tinham cometido algum roubo dentro ou fora da escola (roubar significa apropriar, subtrair ou constranger alguém para se obter coisa móvel alheia por meio de violência, ameaça ou perigo iminente, enquanto furto têm por base a mesma ação sem que haja violência, ameaça ou perigo iminente. Optou-se pelo uso do termo “roubo”, por ser utilizado

indiscriminadamente nesta faixa etária para descrever ambos os comportamentos distintos).

Tabela 24- Distribuição dos Alunos e Lutas

		Escalão		
		Sim	Não	
Lutas	Sim	N	29	23
		Percentagem	41,4%	25,3%
	Não	N	41	68
		Percentagem	58,6%	74,7%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Para obtenção destes resultados foi efetuado de novo um teste de qui quadrado que se revelou estatisticamente significativo ($\chi^2 = 4,722, p < 0,05$).

Pela observação da tabela conclui-se, relativamente a alunos com escalão, 41,4% relata envolvimento em lutas na escola, o mesmo acontecendo com 25,3% dos alunos sem escalão.

Tabela 25- Distribuição dos Alunos e Castigo na Escola

		Escalão		
		Sim	Não	
Castigo	Sim	N	40	40
		Percentagem	57,1%	44,0%
	Não	N	30	51
		Percentagem	42,9%	56,0%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

A fim de comparar alunos com e sem escalão relativamente a castigos escolares foi efetuado um teste de qui quadrado que não se revelou estatisticamente significativo. Pela observação da tabela conclui-se que, 57,1% dos alunos com escalão já ficaram de castigo, o mesmo se verificando junto a 44% dos alunos sem escalão.

Tabela 26 - Distribuição dos Alunos e Roubos

		Escalão		
			Sim	Não
Roubos	Sim	N	2	
		Percentagem	2,9%	0,0
	Não	N	68	!
		Percentagem	97,1%	100,0
Total		N	70	!
		Percentagem	100,0%	100,0

Os resultados apurados quanto à comparação dos alunos com e sem escalão que já tinham efetuado algum roubo, revelaram-se não significativos após ser realizado um teste de qui quadrado.

Pela observação da tabela conclui-se que a maioria das duas populações nunca efetuou roubo algum. Existem apenas dois casos de alunos com escalão que relatam já ter efetuado pelo menos um roubo ao longo da sua vida.

7. Amigos e Comportamentos Antissociais

7.1 Melhor Amigo

Tabela 27 - Distribuição dos Alunos e Melhor Amigo

		Escalão		
			Sim	Não
Melhor Amigo	Sim	N	70	91
		Percentagem	100,0%	100,0%
Total		N	70	91
		Percentagem	100,0%	100,0%

A tabela anterior demonstra que, a totalidade da amostra estudada das duas populações (com e sem escalão) tem um melhor amigo.

7.2 Insultos na Escola

Tabela 28 - Distribuição dos Alunos e Uso de Insultos na Escola

		Escalão		
		Sim	Não	
Insultos	Sim	N	22	18
		Percentagem	31,4%	19,8%
	Não	N	48	73
		Percentagem	68,6%	80,2%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Foi efetuado um teste de qui quadrado com o objetivo de se comparar alunos com e sem escalão relativamente ao recurso de insultos mas os dados não se revelaram estatisticamente significativos.

Conclui-se por observação da tabela que 31,4% dos alunos com escalão já recorreu a insultos enquanto 68,6% não. Na população, sem escalão, 19,8% dos alunos admite já ter recorrido ao insulto enquanto 80,2% não.

7.3 Bater em Grupo

Tabela 29 - Distribuição dos Alunos e Lutas com outros

		Escalão		
		Sim	Não	
Lutas	Sim	N	29	23
		Percentagem	41,4%	25,3%
	Não	N	41	68
		Percentagem	58,6%	74,7%
Total	N	70	91	
	Percentagem	100,0%	100,0%	

Para obtenção destes resultados foi efetuado de novo um teste de qui quadrado que se revelou estatisticamente significativo ($\chi^2 = 4,722, p < 0,05$).

Pela observação da tabela conclui-se, relativamente a alunos com escalão, que 41,4% relata que já bateu noutros meninos quando estava com o seu grupo de amigos, o mesmo acontece com 25,3% dos alunos sem escalão.

8 Avaliação da Inteligência através do Desenho da Figura Humana

8.1 Média de QI

O quadro seguinte apresenta a média do nível de inteligência apurada através do instrumento do Desenho da Figura Humana. Os resultados são apresentados comparando os alunos com e sem escalão através de um teste t student.

Tabela 30 - Distribuição dos Alunos e Média de Qi

	Escalão				t	gl	p
	Sim (n = 70)		Não (n =91)				
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão			
QI	101,97	17,033	107,18	17,015	-1,923	159	0,056

Conclui-se que a média de QI dos alunos com escalão é de 101,97 (d.p. =17,033) enquanto a média de QI dos alunos sem escalão é de 107,18 (d.p. = 17,015). Os resultados não se revelaram estatisticamente significativos ($p = 0,056$).

8.2 Nível de Inteligência

Após análise estatística simples dos resultados obtidos relativamente ao QI individual dos alunos, estes foram agrupados em três categorias: Inteligência Baixa (nível de QI situado abaixo dos 79 pontos); Inteligência Normal (nível de QI situado entre 80-119 pontos); e Inteligência Alta (nível de Inteligência situado acima dos 120 pontos).

Estas três categorias foram baseadas na Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças (WISC-III) que tem por finalidade avaliar a capacidade intelectual de crianças.

Tabela 31 - Distribuição dos Alunos por Nível de Inteligência

		Escalão	
		Sim	Não
Nível de Inteligência Baixa	N	8	5
	Percentagem	11,4%	5,5%
Nível de Inteligência média	N	54	68
	Percentagem	77,1%	74,7%
Nível de Inteligência Alta	N	8	18
	Percentagem	11,4%	19,8%
Total	N	70	91
	Percentagem	100,0%	100,0%

Para esta comparação foi efetuado um teste de qui quadrado, e os dados vieram a revelar-se estatisticamente não significativos.

Em termos gerais verifica-se que mais de metade de ambas as populações se encontra num nível de Inteligência Normal. Ou seja, nos alunos com escalão encontramos uma percentagem de 77,1% com Inteligência Normal, 11,4% dos alunos com Inteligência Baixa e 11,4% destes alunos num nível de Inteligência Alta.

A maior concentração de alunos, sem escalão, é verificada igualmente num nível de Inteligência Normal (74,7%) embora se constate uma percentagem superior destes alunos com Inteligência Alta (19,8%) e uma menor percentagem de alunos num nível de Inteligência Baixa (5,5%).

Discussão dos resultados

Este estudo procurou identificar a existência de um conjunto de fatores de risco e de proteção para comportamentos desviantes, junto a crianças do primeiro ciclo do Ensino Básico. Especificamente foram examinadas características sociodemográficas, características escolares como reprovações e expectativas laborais futuras,

características familiares designadamente idade, profissão e estudos dos Pais. Questionou-se os alunos quanto a comportamentos desviantes, nomeadamente, se já se haviam envolvido em lutas, roubos, insultos e consumos. Apurou-se ainda o Quociente Intelectual (QI) recorrendo ao Teste do Desenho da Figura Humana, de Goodenough. Foram estudados 161 alunos, agrupados de forma distinta – alunos beneficiários ou não de apoio social escolar- tendo em vista a sua comparação relativamente às variáveis referidas.

Começamos por discutir, de forma breve, os resultados sociodemográficos da amostra a fim de enquadrar e apresentar o grupo em estudo.

Depois discutem-se os resultados referentes à comparação entre o grupo com escalão e o grupo sem escalão no respeitante à situação escolar; situação familiar; escola e tempos livres; consumos, relação com os pares e comportamentos desviantes.

1 Enquadramento sociodemográfico da amostra

Neste estudo congregou-se uma amostra de 161 alunos pertencentes a duas escolas do concelho de Espinho, designadamente a escola EB1/JI Espinho 2 e EB1/JI da Marinha. A amostra foi dividida em dois grupos, a fim de as comparar no que toca a variáveis de risco e de proteção para comportamentos desviantes.

Desta forma verifica-se que, quanto à composição da amostra, 36,6% dos alunos frequenta a Escola EB1/JI da Marinha enquanto 63,4% da amostra representa os alunos que frequentam a Escola EB1/JI Espinho 2. Conclui-se igualmente que, 43,5% dos alunos estudados têm escalão enquanto 56,5% da restante amostra não o possui.

Acrescenta-se ainda que, 46,6% da amostra pertence a alunos do sexo Feminino enquanto 53,4% da mesma, respeita a alunos do sexo Masculino.

Quanto à idade das crianças pode afirmar-se que: 26,1% dos participantes tem uma idade de 6 anos; 24,2% dos participantes tem uma idade de 7 anos; 22,4% dos participantes tem uma idade de 8 anos; 20,5% dos participantes tem uma idade de 9 anos e por fim 6,8% dos participantes tem uma idade de 10 anos.

Estes resultados, permitem de alguma forma assegurar o equilíbrio quanto ao número de alunos pertencentes aos dois grupos em comparação (com e sem escalão), mas também em termos de idade e de género.

A nossa principal variável de comparação (escalão) associa-se intimamente ao estatuto socioeconómico das crianças, que para vários autores se constitui como um fator

de risco/proteção muito importante. Na generalidade, os investigadores defendem que a presença de dificuldades socioeconómicas se constitui como um fator de risco importante, capaz de influenciar o comportamento infante, e aumentar a probabilidade de envolvimento destas em comportamentos desviantes (Conger & cols., 1992; Guralrich, 1998; Bordin & Offord, 2000 e Hoeve & cols., 2008 citado por Carvalho, 2011; Farrington, Loeber & Ttofi, 2012 citado por Farrington & Welsh, 2012; Gomes, 2013;).

2 Situação Escolar

2.1 Reprovação e Rendimento Escolar

No presente estudo foi possível constatar que o número de alunos com escalão que já reprovou pelo menos uma vez, é significativamente superior ao N de alunos sem escalão que já ficou retido. Estes dados são consonantes com a hipótese formulada e concordante com os estudos de Barrigas & Frago (2012) que relacionam desempenho académico com estatuto socioeconómico, concluindo que alunos pertencentes a estatuto mais baixos revelam um desempenho académico inferior.

Os dados são igualmente consonantes com os de Ferreira e Marturano (2002), que demonstraram que a maioria dos alunos que apresenta insucesso escolar provêm de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos (Lipsey & Derzon, 1998 citado por Lemos, 2010; Maia & Williams, 2005; Farrington, 2006; Coleman & Hagell, 2007).

Jimerson e colaboradores (2002, citado por Rebelo, 2009) após revisão sistemática da literatura relativa ao insucesso escolar, concluíram que certas crianças têm, ou estão expostas, a fatores de desvantagem (imaturidade, estatuto socioeconómico baixo, educação parental baixa, etc.), que as colocam em maior risco de reprovarem.

2.2 Expectativas e Categorização da Profissão Pretendida

Nos nossos dados não encontramos resultados significativos na comparação dos alunos com e sem escalão relativamente à profissão pretendida no futuro. Tal achado não é consonante com a literatura revista pois como defende, Gonçalves (1997 citado por Salsinha, 2011 e citado por Sobral, Gonçalves & Coimbra, 2009) os pais de níveis socioeconómicos mais desfavorecidos, tendem a reduzir as oportunidades de exploração vocacional bem como expectativas de formação/sucesso profissional dos seus filhos.

Estes resultados seguem a mesma linha de pensamento de Galambos & Silbereisen (1987 citado por Salsinha, 2011 e citado por Sobral, Gonçalves & Coimbra, 2009), que encontraram que filhos de pais com menos capacidade económica tendem a ter menos expectativas de sucesso sentindo-se conseqüentemente mais dispersos no domínio vocacional, podendo ter uma visão mais pessimista do seu próprio futuro profissional (McLoyd, 1989 citado por Salsinha, 2011 e citado por Sobral, Gonçalves & Coimbra, 2009), sentindo-se mais desmotivados relativamente às suas escolhas futuras.

3 Situação Familiar

3.1 Idade do Pai e da Mãe

Pela observação dos resultados constou-se que, tanto a média da idade do pai como a média da idade da mãe, de alunos com escalão, é significativamente inferior á média das idades do pai e da mãe de alunos sem escalão. Estes resultados confirmam a hipótese previamente definida.

Derzon (2010, citado por Farrington, Loeber & Toffit, 2012 e citado por Farrington & Welsh, 2012), nas suas pesquisas com crianças relativas a fatores de risco familiares, relata a existência de pais mais jovens como variável de risco.

Também para Sapienza & Pedromônico (2005), crianças em desvantagem económica que possuem mães mais jovens encontram-se em maior risco do que as restantes.

3.2 Estado Civil dos Pais

Mais de metade dos pais, de ambas as populações em estudo (com e sem escalão), estão juntos, o que não confirma a nossa hipótese. Esta última, estaria de acordo com os resultados encontrados na literatura, como por exemplo no estudo levado a cabo por Buchanan e cols., (2000, citado por Lemos, 2007; Coleman & Hagell, 2007; Yunes & cols., 2007; Sameroff, 1992 citado por Sameroff, 2000) com intuito de investigar a relação entre o contexto socioeconómico e a estrutura familiar na infância, demonstrando que as crianças que se encontravam em maior situação de vulnerabilidade quando provinham de meios mais desfavorecidos eram igualmente oriundos de uma família destruída/separada.

Os dados obtidos por Harland & cols., (2002 cit. in Lemos, 2007) identificaram variáveis presentes em crianças em risco e observaram que a maioria tinha os pais divorciados.

3.3 Agregado Familiar

Verificou-se a existência de um maior número de alunos com escalão que apresenta um agregado familiar composto por mais de 5 pessoas comparativamente com alunos sem escalão. Podemos por isso afirmar uma maior existência de famílias numerosas em alunos com escalão. Estes dados são consonantes com a hipótese elaborada.

Baer (1999 citado por Lemos 2007) e Sameroff (2000) associam baixo estatuto socioeconómico e agregados familiares numerosos como fatores de risco em crianças. Também Gomes (2013), defende que existe maior risco para as crianças quando estas provêm de uma família numerosa e pertencem a uma classe social desfavorecida. Isto porque, segundo os autores, estes fatores influenciariam a qualidade do ambiente, o desenvolvimento psicológico infantil e estas famílias tendem a ser menos estimuladoras.

De acordo com diversos autores, um baixo estatuto social e pertença a famílias numerosas (entre outros fatores de risco familiares e contextuais) são fatores que aumentam a vulnerabilidade infante (Jessor, Van Den Bos, Vanderryn, Costa & Turbin 1995; Herrera & McCloskey, 2001 citado por Carvalho, 2011; Farrington, Loeber & Ttofi, 2012 citado por Farrington & Welsh, 2012).

O estudo de Cambridge (Farrington & cols., 2003 citado por Cunha, 2014), no que concerne a fatores de risco relacionados com a família, refere concordantemente, a pobreza familiar, o baixo rendimento familiar e famílias numerosas como importantes variáveis de risco (Farrington, Ulrich & Salekin, 2010; Thornberry & Krohn, 2004 citado por Pais, 2012).

3.4 Reclusão Familiar

Apreciados os resultados, verifica-se que só se encontram familiares reclusos na população com escalão. Estes dados vão de acordo com a hipótese definida inicialmente.

A criminalidade entre pais ou parentes, são aspetos relevantes que afetam o desenvolvimento infantil (Herrera e McCloskey, 2001 citado por Carvalho, 2011), por isso para Farrington & cols., (2006), um dos fatores de risco mais importantes na faixa etária

dos 8 aos 10 anos, é a criminalidade na família e consequentes reclusões (Farrington, 2010).

Refere-se também os dados de Barata (2006, citado por Marques, 2012) que encontrou nas suas investigações com crianças, as dificuldades económicas e reclusão de pais ou parentes próximos como fatores de risco.

3.5 Empregabilidade dos Pais

Quanto à empregabilidade do pai e da mãe de alunos, com e sem escalão, conclui-se que, existe mais desemprego junto de pais de alunos com escalão quando comparados com a restante população. Estes dados confirmam a hipótese definida previamente.

Baryshe, & Ramsy, 1989 (citado por Marinho & Caballo, 2002); Kazdin, 1993 (citado por Marinho & Caballo, 2002); Harland & cols., (2002 citado por Lemos, 2007); Barnett, (1997 citado por Rios, 2006) na caracterização de crianças antissociais incluem como fatores de risco familiares relevantes ao comportamento infantil, as desvantagens económicas e eventos stressantes como o desemprego dos pais.

Os nossos dados vão na linha dos de Priuli & Moraes, (2007 citado por Zappe & Dias, 2010) e Feijo & Assis (2004 citado por Zappe & Dias, 2010), pois estes, nas suas investigações identificaram o desemprego dos pais como fator de risco entre crianças e jovens. Estes investigadores, concluíram que estes fatores conduziam crianças e jovens a situações de maior vulnerabilidade pessoal e familiar, o que potenciava comportamentos desviantes na adolescência.

3.6 Profissão do Pai e da Mãe

Constou-se, através da análise estatística, que existe maior N de pais e mães de alunos, com escalão, com profissões de nível mais baixo comparativamente com os restantes pais de alunos, sem escalão, ocupando estas profissões de nível superior. Os dados suportam a hipótese inicialmente formulada.

Feijó & Assis (2004 citado por Zappe & Dias, 2010) e ainda Priuli & Moraes (2007 citado por Zappe & Dias, 2010) encontraram dados semelhantes, identificaram e enumeraram vulnerabilidades das famílias que colocavam as crianças em risco, entre elas, a desqualificação laboral e o baixo estatuto socioeconómico.

Kellaghan, Sloane, Alvarez e Bloom (1993 citado por Santos, 2005) apresentam dados consonantes na medida em que, referem a baixa qualificação profissional dos pais como um fator de risco para as crianças.

3.7 Escolaridade do Pai e da Mãe

Constatou-se que a maioria dos pais e mães de alunos, com escalão, não estudou além do 9º ano, enquanto a maioria dos pais e mães de alunos sem escalão completou o Ensino Superior, o que confirma a hipótese previamente descrita.

Farrington & cols., (2006) definem que, os fatores de risco relevantes em crianças cuja idade varia entre os 8 e 10 anos, são a baixa escolaridade e pobreza por parte dos pais. A existência destes fatores foi verificada no nosso estudo.

Os fatores de risco enumerados por Rhodes & cols., (2003 citado por Chitas, 2010), são os que se relacionam com as dificuldades económicas, desemprego, emprego indiferenciado, e também baixos níveis académicos dos pais (Sameroff, 1992 citado por Sameroff, 2000).

4 Escola e Tempos Livres

4.1 Gosto pela Escola

Os dados demonstraram que a maioria dos alunos de ambas as populações, gosta da escola, o que não confirma a nossa hipótese.

Para Arteaga, Chen, & Reynolds (2010, citado por Tomé & cols., 2015), são fatores de risco inerentes à escola não gostar da escola, mudar muitas vezes de escola, não se sentir ligado à mesma, e ter resultados escolares baixos.

4.2 Rendimento Escolar

Conclui-se que existe mais alunos sem escalão que tem maior aproveitamento escolar do que alunos com escalão. Os dados confirmam a hipótese previamente definida.

Barrigas & Fragoso (2012) nos seus estudos concluíram uma associação entre estatuto socioeconómico e rendimento escolar, concretamente, verificaram uma

diminuição dos valores do desempenho académico em função do estatuto económico da criança.

O baixo rendimento escolar é tido na literatura como um fator de risco para comportamentos antissociais na adolescência e para a reincidência na delinquência (Farrington et al., 2001 citado por Lemos, 2010; Arteaga, Chen, & Reynolds, 2010 citado por Tomé & cols., 2015).

4.3 Prática de Desporto

Observa-se que existe mais alunos sem escalão a praticar desporto fora da escola do que alunos com escalão.

Os nossos dados são consonantes com os de Matos & cols., (2001 citado por Costa, 2007) pois também estes verificaram que as crianças de famílias de estatuto socioeconómico mais alto eram os que praticavam desporto mais frequentemente.

5 Consumos

Através da análise dos dados conclui-se que os resultados não se revelaram significativos pois apenas existem três alunos que alegam algum tipo de consumo. Os resultados não confirmam a hipótese formulada.

O estatuto socioeconómico e o uso de drogas são mencionados por vários autores como fatores de risco (Hawkins, Catalano e Miller, 1992 citado por Chitas, 2010 e citado por Artur & cols., 2002; Bender & Losel, 1997 citado por Lemos 2010; Born, Chevalier, & Humblet, 1997 citado por Lemos 2010; Lane, Beebe-Frankenberger, Lambros, & Pierson, 2001 citado por Lemos 2010; Gomes, 2013).

6 Comportamentos Antissociais e Amigos

Com estas questões procurou saber-se se os alunos se envolviam em lutas, em roubos, se ficavam de castigo, se insultavam outros colegas e se tinham melhor amigo.

Os únicos resultados significativos obtidos são os que se referem ao envolvimento em lutas. Concluiu-se que existe um maior N de alunos com escalão que se envolve em

lutas comparativamente à população sem escalão. Os dados permitem apenas confirmar a hipótese de que alunos com escalão se envolvem mais em lutas do que a população sem escalão. A hipótese relativa a roubos, castigos, insultos e se têm melhor amigo não pôde ser portanto confirmada.

Scaramella & cols., (2002) defendem que a ligação a pares desviantes e problemas comportamentais, tais como lutas e roubos, na infância e na adolescência, são tidos como fatores de risco (Bagwell & cols., 2001 citado por Pais 2012; Henggeler, 1989 citado por Chitas, 2010; Rutter & Giller, 1983 citado por Chitas, 2010).

7 Inteligência

Conclui-se que a média de QI dos alunos, com e sem escalão, é muito próxima e encontra-se num nível normal por isso os dados não se revelaram estatisticamente significativos. Também não significativos foram os dados da comparação das duas populações por nível de inteligência (baixo, normal e alto). Os dados não confirmam por isso as hipóteses definidas.

A baixa inteligência é considerada por vários autores e referida em estudos como o Cambridge Study como um forte preditor de risco (Farrington, 2006, Farrington & Welsh, 2012; Zappe & Dias, 2010; Carvalho, 2011; Paludo & Koller, 2005; Coleman & Hagell, 2007, Ribeiro & Sani, 2009) já inteligência alta é um dos fatores de proteção individuais mais referidos na literatura (Cecconello, 2003 citado por Poletto & Koller, 2008; Haskett et al., 2006).

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo efetuar um estudo comparativo entre uma população infante beneficiária de apoio social escolar e uma outra, não beneficiária, no que diz respeito a fatores de risco e de proteção para comportamentos desviantes.

Com este propósito efetuou-se uma investigação junto a alunos do 1º ciclo, do Agrupamento Dr. Manuel Gomes de Almeida em Espinho, de ambas as populações acima referidas, utilizando um questionário exploratório abordando variáveis associadas a: Caracterização Sociodemográfica, Situação Escolar, Situação Familiar, Consumos, Comportamentos Antissociais e Relação com os pares. Em simultâneo realizou-se um estudo exploratório da inteligência utilizando o teste do desenho da figura humana. Obteve-se a colaboração de uma amostra de 161 crianças na consecução da entrevista relativa ao questionário exploratório elaborado bem como na realização do desenho da figura humana.

É prolífera a investigação que tenta apurar quais os fatores de risco e de proteção inerentes aos jovens pois estes são essenciais à compreensão dos comportamentos desviantes. Sabemos que estes tanto podem assumir um carácter individual, como familiar, contextual, escolar e comunitário.

No respeitante à presente investigação, através das questões elaboradas no primeiro bloco conseguimos apurar os dados sociodemográficos da população em estudo designadamente idade, escolaridade, sexo, nacionalidade e residência.

No bloco “Situação Escolar” a primeira hipótese considerava que (a) os alunos com escalão apresentam um número significativamente maior de reprovações relativamente aos alunos sem escalão e (b) um número significativamente maior de alunos com escalão que ambicionam profissões que não requerem Ensino Superior e por isso menos qualificadas. Conseguimos confirmar apenas a hipótese que estabelece que alunos com escalão registam mais retenções do que alunos sem escalão. Não foi confirmada a hipótese que previa que alunos com escalão pretendiam áreas que não envolvessem o Ensino Superior e fossem menos qualificadas.

No segundo bloco, reportou-se à situação familiar, e foi estabelecido que, o grupo com escalão apresenta em relação ao grupo sem escalão (a) um número significativamente mais alto de separação dos pais, (b) um número significativamente maior de famílias numerosas, (c) pais mais jovens em número significativo, (d) número significativamente maior de familiares reclusos, (e) pais desempregados em número

significativamente maior, (f) qualificação dos pais significativamente menor e (g) escolaridade dos pais significativamente menor. Aqui foram confirmadas as seguintes hipóteses: alunos com escalão apresentam pais mais jovens; alunos com escalão registam maior agregado familiar; alunos com escalão têm mais familiares reclusos; registo de maior desemprego, menor escolaridade e menor qualificação para o trabalho em pais de alunos com escalão. Não foi confirmada a existência de um maior número de pais separados em alunos com escalão.

O bloco seguinte diz respeito à escola e tempos livres, e comparado o grupo com e sem escalão prevíamos ver confirmadas as seguintes hipóteses: o grupo com escalão, revela um número significativamente menor (a) de alunos que se percecionam como bons alunos, (b) um número igualmente menor de alunos que praticam desporto e (c) um número significativamente menor de alunos que gostam da escola. Confirmou-se que, em alunos com escalão, encontramos maior número de alunos que se percebe como mau aluno e menor número de alunos que pratica desporto fora da escola. Não se confirmou a hipótese que previa a existência de um maior número de alunos com escalão que não gosta da escola.

A quarta hipótese considera que, no respeitante a consumos de álcool, tabaco e outras drogas, o grupo com escalão apresenta um número significativamente superior de contacto e experimentação destas, quando comparados com o grupo sem escalão. A hipótese não foi confirmada.

A quinta hipótese estabelece que, alunos com escalão apresentam um número significativamente maior de comportamentos desviantes quando comparados com o grupo sem escalão, nomeadamente (a) maior número de castigos na escola, (b) maior envolvimento em lutas na escola, (c) maior envolvimento em roubos. Confirmou-se a hipótese relativa ao maior envolvimento em lutas por parte dos alunos com escalão. Não foram confirmadas as restantes hipóteses.

A sexta hipótese considera que, no que concerne a amigos e a atividades que estes realizam em grupo, verifica-se que o grupo com escalão apresenta um número significativamente maior de (a) envolvimento em insultos e (b) bater noutras crianças. Considera também esta hipótese que (c) o grupo com escalão tem um número significativamente menor de alunos que identifica o melhor amigo. Confirmou-se que, alunos com escalão apresentam maior N de meninos que bate noutras crianças; não se confirmaram as restantes hipóteses.

A última hipótese designa que, o grupo com escalão quando comparado com o grupo sem escalão, apresenta (a) uma média de QI significativamente mais baixa e (b) um número significativamente maior de alunos com inteligência considerada abaixo da média. Nenhuma das hipóteses definidas foram confirmadas.

Podemos por isso concluir, após revisão da literatura e da investigação realizada que, pelo acumular de algumas variáveis os alunos com escalão encontram-se em maior situação de risco para comportamentos desviantes, quando comparados com alunos sem escalão.

Referimos como limitação, que este estudo não deve ser tomado como regra geral nem assumir que ter escalão significa por si só estar em risco, pois a amostra foi constituída apenas por 161 alunos no concelho de Espinho, logo sendo insuficiente para fundamentar conclusões e afirmações generalistas. Se aumentasse o N da amostra algumas tendências verificadas poderiam tornar-se significativas

Acreditamos que estas conclusões sejam úteis no sentido do aperfeiçoamento do conhecimento dos fatores de risco e de proteção na infância para o comportamento desviante. Referimos também como limitação desta investigação é não ser sustentado em termos longitudinais nem considerar a distinção de resultados entre o sexo Masculino e Feminino, pelo que, posto isto se sugere que estudos futuros incluam estas variáveis. Uma das razões desta sugestão, é que algumas hipóteses poderiam ser verificadas através do estudo longitudinal (pois alguns comportamentos podem ter início em idades mais tardias).

Podemos por fim referir a importância da replicação deste tipo de estudos junto a crianças do 1º ciclo, pois desta forma aumentar-se-á o conhecimento/deteção precoce de fatores de risco e de proteção nesta faixa etária, assim contribuindo, esperamos, para o desenvolvimento de estratégias de prevenção/intervenção mais consonantes com a realidade infante e os desafios que esta coloca.

Bibliografia

- Adrados, Isabel. (1967). Delinquência Juvenil. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 49-3, 39-48;
- Agaibi, C. E., & Wilson, J. P. (2005). Trauma, PTSD, and resilience: a review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse*, 6(3), 195–216;
- Aisenberg, E., & Herrenkohl, T. (2008). Community Violence in Context: Risk and Resilience in Children and Families. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(3), 296–315;
- Andrada, E., Rezena, B., Carvalho, G. & Benetti, I. (2008). Fatores de Risco e Proteção para a Prontidão Escolar, 28(3), 536–547;
- Andrade, M. (1999). A resiliência em resposta à pobreza: Um estudo exploratório sobre os Fatores de Risco e de Proteção envolvidos na resiliência. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal;
- Antoni, Clarissa & Koller, Silvia. (2000) A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia Visões de adolescentes sobre família*, 5(2), 347-381
- Antunes, Marta. (2011). Fatores de Risco e de Proteção associados à resiliência : Estudo comparativo entre adolescenens que vivem com a família e adolescentes acolhidos em lar de infância e juventude. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal;
- Arthur, M., Hawkins, J. D., Pollard, J. A., Catalano, R. F., & Baglioni Jr. (2002). Measuring Risk And Protective Factors For Substance Use, Delinquency, And Other Adolescent Problem Behaviors: The Communities That Care Youth Survey. *Evaluation Review*, 26(6), 575–601;
- Barrigas, C., & Fragoso, I. (2012). Maturidade, desempenho académico, capacidade de raciocínio e estatuto sócio- económico em crianças de Lisboa entre os 6 e os 13 anos de idade. *Revista Portuguesa de Educação*, 25(1), 193–215;
- Baus, J., Kupek, E., & Pires, M. (2002). Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. *Revista de Saúde Pública*. 36(1), 40–46;

- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil : Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX), 637-645;
- Bordin, I., Offord, D. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti- social. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22(Supl II), 12-15;
- Brancalhone, P.G., Fogo, J.C & Williams, L. . (2004). Crianças Expostas à Violência Conjugal: Children Exposed to Marital Violence: Assessment of Academic Performance. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 20, 113–117;
- Browning, K., & Loeber, R. (1999). Highlights of Findings From the Pittsburgh Youth Study. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, Washington D.C.*;
- Carvalho, Abel. (2011). Análise dos factores que levam os jovens a delinquir. Dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica. Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal;
- Carvalho, Maria João Lote. (2005). Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 71-93
- Carvalho, M. J., & Ferreira, L. (2009). Infância e risco social: Retratos da imprensa portuguesa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 60, 105-129.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: Um estudo sobre a resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5, 71-93
- Chitas, V. (1998). Práticas educativas parentais e comportamento social da criança. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal;
- Chitas, V. C. (2010). Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência. Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, Porto, Portugal;
- Coelho, A. I.. (2010). Estatuto socioprofissional dos pais e sua influência no rendimento académico, nas expectativas parentais e no sentimento de eficácia parental. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal;

- Coleman, J., & Hagell, A. (2007). *Adolescence, risk and resilience: Against the odds*. Chichester, West Sussex, England: John Wiley & Sons;
- Colombo, M., D.W., Dood, J., Coldren, J.T. & Horowitz, F.D. (1989). Longitudinal Correlates of Infant Attention in the Paired-Comparison Paradigm. *Intelligence*, 13, 33–42;
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Simons, R. L., Whitbeck, L. B. & Lorenz, F. (1992). A Family Process Model of Economic Hardship and Adjustment of Early Adolescent Boys. *Child Development*, 63(3), 526-541;
- Costa, Andreia Filipa (2007) Pratica desportiva e rendimento académico. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, Portugal;
- Cunha, Cláudia Filipa. (2014) Fatores de risco e proteção da delinquência juvenil em jovens com medida tutelar educativa. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Educação e Psicologia, Porto, Portugal;
- Cunha, Natália & Rodrigues, Maria (2010). O Desenvolvimento de Competências Psicossociais como Fator de Proteção ao Desenvolvimento Infantil. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 1(2), 235–248;
- Debarbieux, E. (2002). *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. UNESCO, Brasília;
- Dias, M. da C. (2012). Fatores de Risco na Delinquência Juvenil: o grupo de pares, a impulsividade e o consumo de drogas. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, Portugal;
- Duncan, G. J., & Brooks-gunn, J. (2009). Family Poverty , Welfare Reform , and Child Development, 71(1), 188–196;
- Engle, Patrice; Castle, Sarah & Menon, Purnima. (1996) Child Development: Vulnerability and resilience. *Social Science and Medicine*, 43(5) 621-635;
- Fantuzzo, J. W., & Mohr, W. K. (1999). Prevalence and Effects of Child Exposure to Domestic Violence. *The Future of Children*, 9(3), 21;
- Farrington, D. P., Coid, J. W., Harnett, L., Jolliffe, D., Soteriou, N., Turner, R. & West, D. J. (2006) Criminal Careers and Life Success: New Findings from the Cambridge

- Study in Delinquent Development. London: Home Office (Research Findings No. 281)
- Farrington, D. P. (2006). Childhood Risk Factors and Risk-Focussed Prevention. *The Oxford Handbook of Criminology, 4*, Oxford: Oxford University Press, in press.
- Farrington, D. P., Salekin, R. T. & Ullrich, Simone. (2010). Environmental Influences on Child and Adolescent Psychopathy. In *Handbook of Child and Adolescent Psychopathy*, 202–230;
- Farrington, D.P & Welsh, Brandon (2012) . The Oxford Handbook of Crime Prevention. Oxford University Press, New York.
- Feitosa, F., Matos, M., Prette, Z. & Prette, A. (2005). Suporte social , nível socioeconômico e o ajustamento social e escolar de adolescentes portugueses. *Temas em Psicologia, 13(2)*, 129–138;
- Ferreira, M. C. T., & Marturano, E. M. (2002). Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*, 35-44
- Ferreira, Inês Filipa de Almeida. (2014). Programa de Prevenção em Transgressionalidades Juvenis- à violência diz não. Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense e de Exclusão Social, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal;
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», a família e escola. *Análise Social, 32 (143)*, 913-924;
- Ferreira, M., & Marturano, E. (2002) Ambiente Familiar e os Problemas do Comportamento apresentados por Crianças com Baixo Desempenho Escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15(1)*, 35-44
- Filho, A. E., & Guzzo, R. (2006). Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. *Temas Em Psicologia, 14(19)*, 125–141;
- Fonseca, Sunana, Moleiro, Carla & Sales, Celia.(2009) Violence in Portuguese Schools National Report. *International Journal of Violence at School,9*;

- Gallo, Alex Eduardo & Williams, L. C. (2002). A Escola como Fator de Proteção à conduta Infracional de Adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 41-59;
- Gomes, Maria Isabel (2001). Diversidade e Comportamentos Juvenis : um estudos dos estilos de vida de jovens de origem étnico-culturais diversificadas em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 19(1), 41-64;
- Gomes, Rita Isabel de Almeida Araújo.(2013). Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção Comunitária. Projeto de Graduação para obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal;
- Guralnick. (1998). Effectiveness of Early Intervention for Vulnerable Children; A deveopmental Perspective. *American Journal on Mental Retardation*, 102, 319–345;
- Halpern, R., & Figueiras, A. C. M. (2004). Influências ambientais na saúde mental da criança. *Jornal de Pediatria*, 80(2), 104–110;
- Haskett, M. E., Nears, K., Sabourin Ward, C., & McPherson, A. V. (2006). Diversity in adjustment of maltreated children: Factors associated with resilient functioning. *Clinical Psychology Review*, 26(6), 796-812;
- Hutz, C. S., Koller, S. H., & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletaneas da ANPEPP*, 1(12), 79-86;
- Iglesias, E. B. (2002). *Bases Teóricas que sustentan los Programas de Prevención de Drogas*;
- Jessor, R. (1991). Risk Behavior in Adolescence: A Psychosocial Framework for Understanding and Action. *Journal for Adolescent Health*, 12: 597-605;
- Jessor, R., Van Den Bos, J., Vanderryn, J., Costa, F. M., & et al. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: Moderator effects and developmental change. *Developmental Psychology*, 31(6), 923-933;
- Keogh, Barbara, Weisner, T. (1993). An Ecocultural Perspective on Risk and Protective factors in children’s development: implications for learning Disabilities. *Learning Disabilities Research & Practise*, 8(1), 3–10;

- Knorst, Carina. (2012). Resiliência: Instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. Monografia para obtenção da Especialização em Psicologia Avançada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;
- Leinonen, J. a., Solantaus, T. S., & Punamäki, R.-L. (2002). The specific mediating paths between economic hardship and the quality of parenting. *International Journal of Behavioral Development*, 26(5), 423–435;
- Lemos, T. (2007). Família, Psicopatologia e Resiliência na Adolescência: Do Risco Psicossocial ao Percurso Delinvente. Tese para obtenção do Doutorado em Psicologia Clínica, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Algarve, Portugal;
- Lemos, T. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinvente. *Análise Psicológica*, 1, 117–132;
- Lisboa, Â. M. P. (2008). Pobreza, um Livre Trânsito para a Delinquência Juvenil?. Tese para obtenção do Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal;
- Loeber, R., Farrington, D., Petechuk. (2003). Child Delinquency: Early Intervention and Prevention. *Juvenile Justice Bulletin*. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, Washington D.C.;
- Lopes, R., Wendt, G., Rathke, S., Senden, D., Silva, R. & Argimon, I. (2012). Reflexões Teóricas e Práticas sobre a interpretação da Escala de Inteligência Wechsler para adultos. *Acta Colombiana de Psicologia*, 15(2), 109-118;
- Ludke Nardi, Fernanda & Dalbosco Dell'Aglio, Débora. (2010). Delinquência Juvenil: uma revisão teórica. *Acta Columbiana de Psicología*, 13(2), 69-77;
- Luthar, Suniya & Zigler, Edward (1991) Vulnerability and Competence: A Review of Research on Resilience in Childhood. *Am J Orthopsychiatry*, 61(1), 6–22;
- Maia, Joviane & Williams, Lucia (2004). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91 – 103;

- Marinho, Maria Luiza, Caballo, V. (2002). Comportamento anti-social infantil e seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde E Doenças*, 3(2), 141–147;
- Marques, A. S. (2012). Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caracterização de uma escola. Projecto para obtenção da Licenciatura de Criminologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal;
- Martins, M.F., Costa, J., Saforcada, E. & Cunha, M. (2004). Qualidade do ambiente e fatores associados : um estudo em crianças de Pelotas. *Caderno de Saúde Pública*, 20(3), 710-718, Rio Grande do Sul , Brasil;
- Martins, M. J. D. (1999) Delinquência juvenil, “tribos urbanas” e violência escolar. *Revista Aprender*, 23, 97-101;
- Martins, M. J. D. (2005). O problema da violência escolar : uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação* 1, 18, 93–115.
- Martins, M. J. D. (2005). Condutas agressivas na adolescência : Factores de risco e de protecção. *Análise Psicológica* , 2 (XXIII), 129-135;
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). A Abordagem Ecológica de Urie Bronfenbrenner em Estudos com Famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1, 63–77;
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227–238;
- Masten, A. S. & Coatsworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments. *American Psychologist*, 205–220;
- Masten, A. S., & Curtis, W. J. (2000). Integrating competence and psychopathology: Pathways toward a comprehensive science of adaptation in development. *Development and Psychopathology*, 12(3), 529–550;
- Matos, Margarida G., Simões, C. (2009). Violência entre pares no contexto escolar. *Interações*, 13, 98–124;
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). Violência, Bullying e Delinquência (1.ª ed.). Lisboa: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos,Lda;

- Miguel, R. R., Rijo, D., & Lima, L. N. (2012). Fatores de Risco para o Insucesso Escolar : A Relevância das Variáveis Psicológicas e Comportamentais do Aluno, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 46-1, 127–143;
- Moore, J. (2013). Research Summary : Resilience and at-risk children and youth, *National Center for Homeless Education*;
- Oliveira, Ana Francisca (2008). Evidências de Validade de Instrumentos para a Avaliação de Inteligência, Personalidade e Atenção. Tese para obtenção do Doutorado em Psicologia, Universidade São Francisco, Brasil;
- Pacheco, J. (2004). A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais: uma análise a partir de práticas educativas e dos estilos parentais. Tese de Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;
- Pacheco, J., Silveira, L. & Schneider, A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psyco*, 39(1), 66-73;
- Pais, Filipa. (2012). Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes. Monografia pra obtenção do grau de Licenciado em Criminologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal;
- Paludo, S. & Koller, S. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paideia*. 17(36), 9-20;
- Perista, H., Cardoso, A., Silva, M., & Carrilho, P. (2013). Criminalidade e Violência Juvenil: Resultados de um Estudo Europeu sobre Delinquência e Prevenção - Materiais de Apoio à Formação de Profissionais da Área Social. Centro de Estudos para a Intervenção Social;
- Pesce, R., Assis, S., Avanci, N., Malaquias, J., Carvalhaes, R. (2005). Adaptação transcultural , confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Caderno de Saúde Pública*, 21(2), 436–448;

- Pesce, Renata, Assis, Simone, Santos, Niltons, Oliveira, Raquel, Cruz, F. O. (2004). Risk and Protection: Looking for an Equilibrium That Provides Resilience. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 20, 135–143;
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Ecological contexts: furthering resilience, risk and protection factors. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405–416;
- Pral, C. (2007). Oportunidade e risco: suporte social e fatores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil. Dissertação de Mestrado em Psicologia Legal, Instituto Superior de Psicologia Avançada, Lisboa, Portugal;
- Ramey, C. T., Campbell, F. a., Burchinal, M., Skinner, M. L., Gardner, D. M., & Ramey, S. L. (2000). Persistent Effects of Early Childhood Education on High-Risk Children and Their Mothers. *Applied Developmental Science*, 4(1), 2–14;
- Rebello, J. S. (2009). Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: uma revisão. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 43(1), 27–52;
- Ribeiro, M., & Sani, A. (2009). Risco, protecção e resiliência em situações de violência, *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400–407;
- Rios, K. (2006). Efeitos de um Programa de Prevenção de Problemas de Comportamentos em Crianças Pré-Escolares de Famílias de Baixa Renda. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, Brasil;
- Rodrigues, R. M. (2009). Contributo ao Estudo de Relações Significativas na Delinquência Juvenil: Estudo Exploratório no Inventory of Parent And Peer Attachment. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal;
- Romão, A. F. (2013). Indicadores de Sucesso e Insucesso das Medidas Tutelares Educativas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense e Criminal, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Lisboa, Portugal;
- Rosemberg, Fúlvia (1994). Crianças Pobres e Famílias em Risco: As Armadilhas de um Discurso. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 4(1), 28–33;

- Rumberger, R. W. (2001). Why Students Drop Out of School and What Can Be Done. Paper prepared for the Conference, "Dropouts in America: How Severe is the Problem? What Do We Know about Intervention and Prevention?", Harvard University;
- Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, 24(2), 335–44;
- Rutter, Michael; Kreppner, Jana & O'Connor, Thomas (2001). Specificity and heterogeneity in children's responses to profound institutional privation. *British Journal of Psychiatry*, 179, 97–103;
- Sameroff, A. (2000). Ecological Perspectives on Developmental Risk. *Infant Mental Health in Groups at High Risk*, 4, 1-33;
- Sameroff, A. J., & Seifer, R. (1983). Familial risk and child competence. *Child Development*, 54, 1254–1268;
- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, XLI (180), 849-864;
- Santos, P. L. (2005). Estudo Comparativo das Características do Ambiente Familiar de Crianças com Alto e Baixo Rendimento Académico. *Paidéia*, 15(31), 217-226;
- Santos, H. Pacheco, M. M. (2012). Fatores de Risco ao Desenvolvimento da Criança: da visão biomédica à visão psicossocial. International. The 4th International Congress on University Industry Cooperation, Brasil;
- Salsinha, Helena. (2011). Influência do contexto familiar no desenvolvimento vocacional de crianças e adolescentes. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia, Universidade de Lisboa, Portugal;
- Sapienza, Graziela, Pedromônico, M. R. (2005). Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216;
- Sardica, Helena. (2014). Autoconceito, suporte social e comportamento de risco em adolescentes com deficiência mental. Tese de Mestrado em Educação Especial, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja, Portugal;

- Sarmiento, M. (2003). *As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade*. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal;
- Segabinazi, J. (2010). *Desenho da figura Humana: Evidências da Qualidade de Escalas Globais de Avaliação*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;
- Scaramella, L. V., Conger, R. D., Spoth, R., & Simons, R. L. (2002). Evaluation of a Social Contextual Model of Delinquency: A Cross-Study Replication. *Child Development*, 73(1), 175–195;
- Shader, M. (2004). *Risk Factors for Delinquency: An Overview*. Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.;
- Sierra, Vânia & Mesquita, W. (2006). Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes. *São Paulo em Perspectiva*, 20(1), 148-155;
- Silva, A., Schmitt, I., & Almeida, R. F. Araújo, S. (2012). Fatores de Risco e Proteção para Dependência Química em Idosos : Desafios para a psicologia da saúde;
- Silva, Elisabete. (2010). *Crianças em Risco: Projeto de Apoio sob os Princípios da Educação Inclusiva*. Dissertação para obtenção do Mestrado em Educação Especial, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal;
- Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of Risk and Protective Factors using Quantitative and Qualitative Methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, 12(4), 389-408;
- Sirota, R. (2001). Emergência de uma Sociologia na Infância : Evolução do Objecto e do Olhar. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 7-31;
- Sisto, F. (2006). Maturidade Perceptual e Inteligência. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (3), 490-503;
- Sobral, J. M., Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2009). A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(1), 11-22;

- Sousa, Carolina.(2009). Famílias de risco , Crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco. Tese de Mestrado em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Portugal;
- Sousa, Vítor, (2014). Validação e aferição à população Portuguesa do Teste do Desenho da Figura Humana de Goodenough. Projecto de Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica, ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, Portugal;
- Stoddard, S. A., Whiteside, L., Zimmerman, M. A., Cunningham, R. M., Chermack, S. T., & Walton, M. A. (2013). The Relationship Between Cumulative Risk and Promotive Factors and Violent Behavior Among Urban Adolescents. *American Journal of Community Psychology, 51*, 57–65;
- Tomé, G., Camacho, I., Matos, M. & Simões, C. (2015). Influência da família e amigos no bem-estar e comportamentos de risco – Modelo explicativo. *Psicologia, Saúde & Doenças, 16*(1), 23-34;
- Tudge, J. (2007). A teoria de Urie Bronfenbrenner, Uma teoria contextualista?;
- Walker, S. P., Wachs, T. D., Gardner, J. M., Lozoff, B., Wasserman, G. A., Pollitt, E., & Carter, J. A. (2007). Child development: risk factors for adverse outcomes in developing countries. *Lancet, 369*, 145–157;
- Wasserman, G., Keenan K., Tremblay, R., Coie, J., Herrenkohl, T., Loeber, R. & Petechuk, D.(2003). Risk and Protective Factors of Child Delinquency. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, Washington D.C.*;
- Wright, M., Masten, A. S., & Narayan, A. J. (2013). Handbook of Resilience in Children, *Handbook of Resilience in Children*, 15–38;
- Yunes, Maria Angela; Garcia, Narjara & Albuquerque, Beatriz. (2007) Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: Entre as Crenças dos Profissionais e as Possibilidades da Convivência Familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 20*(3), 444-453;
- Zappe, A., & Dias, G. (2010). Delinquência Juvenil na Produção Científica Nacional: Distâncias entre Achados Científicos e Intervenções Concretas, *Barbarói, 33*, 82–103;

Anexos

Anexo 1 : Consentimento Informado

Estudo sobre Fatores de Risco e de Proteção na Infância 2014/2015

Nome do aluno/a:

Ano/Turma:

Escola:

Consentimento informado

Título do estudo: Fatores de Risco e de Proteção na Infância

Enquadramento: No âmbito da Tese de Mestrado de Ana Rita Figueiredo Mendes, intitulada: “Fatores de Risco e de Proteção na Infância”, sob orientação académica da Professora Doutora Lúgia Ferros e Co-Orientação do Dr Vítor de Sousa, pretende-se efetuar um estudo relativo a características e comportamentos de crianças do 1º ciclo do Ensino Básico.

Explicação do estudo: Com este trabalho pretende-se efetuar um estudo comparativo entre populações infantis de escalões distintos, no que diz respeito a fatores de risco e de proteção para comportamentos desviantes. Com este propósito vão avaliar-se as seguintes variáveis: nível de inteligência, estrutura e composição familiar, nível socioeconómico, ligação a pares desviantes, ligação á escola, consumo de substâncias e comportamentos antissociais. Pedir-se-á primeiramente que cada criança, individualmente, elabore um desenho da figura humana o melhor que souber e por último serão feitas questões às crianças tais como: onde mora, mora com quem, qual a profissão dos pais, qual a idade dos pais, o que faz nos tempos livres, se já ficou de castigo ou se já andou à luta, se já experimentos algum tipo de substâncias psicoativas, entre outras.

Os dados recolhidos são confidenciais e serão mantidos sob anonimato, destinando-se apenas a fins de investigação científica.

_____, _____, _____, _____
(Localidade)

(Dia)

(Mês)

(Ano)

(Assinatura)

Anexo 2 : Questionário

Número código :

Data :

Parte 1 – Caracterização Sociodemográfica

1. Sexo

- a. Masculino
- b. Feminino

2. Data de Nascimento :

3. Nacionalidade:

- a. Portuguesa
- b. Outra. Qual?

4. Residência

Freguesia :

5. Grupo étnico ?

- a. Caucasiano
- b. Africano
- c. Asiáticos
- d. Outro. Qual ?

Parte 2 – Situação Escolar

6. Qual é o ano de escolaridade que frequentas?

7. Alguma vez ficaste retido?

- a. Sim
- b. Não

8. O que gostarias de ser quando fores adulto?

Parte 3 – Situação Familiar

9. Que idade têm os teus pais?

- a. Pai :
- b. Mae :
- c. Encarregado de Educação :

10. Os teus pais

- a. vivem juntos
- b. estão separados
- c. algum falecido? Qual?

11. Com quantas pessoas vives?

12. Com quem vives? (assinala com um X todas as alternativas que se aplicam á tua situação)

- a. Pai
- b. Mãe
- c. Padrasto
- d. Madrasta
- e. Irmãos e Irmãs. Quantos?
- f. Avós. Quantos?
- g. Outras pessoas. Quem?

13. Há alguém na família que esteja recluso (preso)?

13.1 Quem?

14. Qual a situação face ao emprego do teu pai?

- a. Trabalha
- b. Desempregado
- c. Reformado

14.1 Profissão :

15. Qual é a situação face ao emprego da tua mãe?

- a. Trabalha
- b. Desempregado
- c. Reformado

15.1 Profissão :

16. Se não vives com o teu pai nem a tua mãe, qual é a situação face ao emprego do teu encarregado de educação?

- a. Trabalha
- b. Desempregado
- c. Reformado

16.1 Profissão :

17. Qual o nível de escolaridade do teu pai?

- a. Não sabe ler nem escrever
- b. Sabe ler e escrever mas não completou o 4º ano de escolaridade
- c. 4º ano
- d. 6º ano
- a. 9º ano
- b. 12º ano
- c. Ensino Superior

18. Qual o nível de escolaridade da tua mãe?

- a. Não sabe ler nem escrever
- b. Sabe ler e escrever mas não completou o 4º ano de escolaridade
- c. 4º ano
- d. 6º ano
- e. 9º ano
- f. 12º ano
- g. Ensino Superior

19. Qual o nível de escolaridade do teu encarregado de educação?

- a. Não sabe ler nem escrever
- b. Sabe ler e escrever mas não completou o 4º ano de escolaridade
- c. 4º ano
- d. 6º ano
- e. 9º ano
- f. 12º ano
- g. Ensino Superior

Parte 4 – Escola e Tempos Livres

20. Indica o teu grau de discordância/ concordância com as afirmações que se seguem assinalando um X no quadrado apropriado.

	Sim	Às vezes	Não
Gosto da maioria dos meus colegas.			
Acho que as coisas que aprendo na escola não servem para nada.			
Gosto da escola.			
Gosto dos meus professores.			
Sou bom aluno/a			
Fora da escola pratico desporto Onde? _____			

Parte 5 - Consumos

21. Já alguma vez fumaste?

- a. Sim _____
- b. Não _____

22. Que idade tinhas quando fumaste o primeiro cigarro?

23. Já alguma vez bebeste bebidas alcoólicas?

a. Sim _____

b. Não _____

24. Que idade tinhas quando bebeste pela primeira vez?

25. Já alguma vez fumaste alguma droga?

a. Sim _____

b. Não _____

26. Que idade tinhas quando fumaste pela primeira vez?

Parte 6 – Comportamentos Antissociais

27. Já te aconteceu:

	Sim, uma vez	Sim, algumas vezes	Não
Ser posto(a) de castigo escola.			
Estragar coisas da escola			
Lutar na escola.			
Roubar em lojas ou supermercados.			
Roubar coisas a pessoas (ex. telemóvel, relógio, carteira, roupa, etc.).			

Parte 7 - Amigos

28. Tens melhor amigo(a)?

a. Sim

b. Não

29. Há quanto tempo são amigos(as)?

30. Tu e os teus(tuas) amigos(as) quando estão juntos:

	Sim, uma vez	Sim, as vezes	Não
Gozam com outros meninos (as)			
Batem noutros meninos (as)			
Roubam outros meninos (as)			
Insultam (chamam nomes) a outros meninos (as)			

Anexo 3 – Parecer da Comissão de Ética do Icbas-Up



Parecer da Comissão de Ética do ICBAS-UP

PROJETO Nº 087/2015

Título: *Fatores de risco e de proteção na infância*

Investigadora Responsável: Lígia Cristina Leça Ferros (Orientadora)

Outros investigadores: Vítor Sousa (Coorientador)

Aluna do Mestrado em Medicina Legal do ICBAS-UP: Ana Rita Figueiredo Mendes

Duração do Projeto: até junho de 2015

A Comissão de Ética do ICBAS-UP reuniu dia 19 de maio de 2015 no edifício do ICBAS - Sala de reuniões do Departamento de Ciências do Comportamento, na presença de Liliana de Sousa, Manuel Vilanova, Margarida Araújo, Paulo Maia e Paula Faria. Decidiu emitir parecer favorável à realização do projeto supracitado, por unanimidade.

Com os melhores cumprimentos,

Pela Comissão de Ética do ICBAS-UP,

Prof. Doutora Liliana de Sousa (presidente)

The above project is in accordance with the Portuguese law and the ICBAS-UP Ethics Committee criteria.
